

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIII

FLORIANÓPOLIS, 30 DE SETEMBRO DE 2008

NÚMERO 5.941

16ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Sílvio Dreveck

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Pedro Uczai

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice Presidente
Jean Kuhlmann
Gelson Merísio
Pedro Uczai
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal

Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Serafim Venzon
Manoel Mota
Renato Hinnig
Jean Kuhlmann

Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente
Prof. Odete de Jesus - Vice Presidente
Darci de Matos
Herneus de Nadal
Jandir Bellini
Jorginho Mello
Genésio Goulart

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Marcos Vieira
Gelson Merísio
Romildo Titon

Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Jean Kuhlmann - Presidente
Joares Ponticelli - Vice Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
José Natal Pereira
Renato Hinnig
Professor Grandó

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente
Gelson Merísio - Vice Presidente
Décio Góes
José Natal Pereira
Jandir Bellini
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Sílvio Dreveck

Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves

Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Sílvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice Presidente
Ada de Luca
Elizeu Mattos
Marcos Vieira
Pedro Uczai
Professor Grandó

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente
Edson Piriquito - Vice Presidente
Edison Andrino
José Natal Pereira
Cesar Souza Júnior
Reno Caramori
Professor Grandó

Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente
Jailson Lima da Silva - Vice Presidente
Edson Piriquito
Gelson Merísio
Kennedy Nunes
Serafim Venzon
Professora Odete de Jesus

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Genésio Goulart
Kennedy Nunes
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Professora Odete de Jesus

Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Darci de Matos - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Ada de Luca
Manoel Mota
Jorginho Mello
Professor Grandó
Sílvio Dreveck

Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice Presidente
Edison Andrino
Jandir Bellini
Elizeu Mattos
Moacir Sopelsa
Jailson Lima da Silva

Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Professora Odete de Jesus - Presidente
Kennedy Nunes - Vice Presidente
Jailson Lima da Silva
Moacir Sopelsa
Joares Ponticelli
Nilson Gonçalves
Jean Kuhlmann
Romildo Titon
Manoel Mota

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 1941
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

ÍNDICE**Atos da Mesa**

Atos da Mesa2

Publicações Diversas

Audiências Pública.....3

Ata de Comissão Permanente.....

.....22

Ata da Procuradoria.....22

Ofício.....23

Portarias24

ATOS DA MESA**ATOS DA MESA****ATO DA MESA Nº 192, de 30/09/2008**

Aprova o "Relatório de Gestão Fiscal", referente ao 2º quadrimestre de 2008, correspondente ao período compreendido entre Setembro /2007 e Agosto/2008,

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições regimentais, com amparo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e em cumprimento ao disposto nos artigos 54, II, parágrafo único e 55, I, alínea "a" e seus parágrafos, da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o "Relatório de Gestão Fiscal" da Assembléia Legislativa, referente ao período compreendido entre Setembro/2007 a Agosto/2008, na forma do anexo "Demonstrativo da Despesa com Pessoal", nos termos do disposto

nos artigos 18 e 19 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 2º Neste Relatório de Gestão Fiscal adota-se a metodologia e padrões utilizados nos anexos das Portarias STN/MF n.º 470 e 471, combinados com a Instrução Normativa n.º 002/2001 e Decisão n.º 1173/2005 do Tribunal de Contas do Estado - TCE.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputada Ana Paula Lima - 2º Vice-Presidente

Deputado Rogério Mendonça - 1º Secretário

Deputado Valmir Comin - 2º Secretário

Deputado Antonio Aguiar - 4º Secretário

ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2º QUADRIMESTRE DE 2008

(Setembro/07 a Agosto/08)

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Despesa com Pessoal	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	183.995.815,47	
Pessoal Ativo	140.500.482,03	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	43.495.333,44	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de cont. de terceirização (art. 18 § 1º da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (ART. 19, § 1º DA LRF) (II)	24.595.802,22	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	854.780,11	
Decorrentes de Decisão Judicial		
Despesas de Exercícios Anteriores	1.775.273,18	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	21.965.748,93	
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE	159.400.013,25	
- TDP (III) = (I - II)		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	9.447.534.916,27	
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (III / IV * 100)		1,69
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II, art. 20 da LRF) - 2,20%	207.845.768,16	
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 2,09%	197.453.479,75	

FONTE: DF.

Florianópolis, 30 de setembro de 2008.

Hildo tramontin - Diretor Financeiro

Lonarte Sperling Veloso - Coordenador Sistema de Controle Interno

Ademar Francisco Koerich - Procuradoria de Finanças

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 193, de 30/09/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no caput do artigo 32 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,*

Art. 1º Para efeito de implantação da retribuição financeira dos vencimentos dos servidores efetivos, ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, prevista no artigo 32, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, os índices de vencimentos nos níveis 01 a 70, do Anexo VI, e os índices de vencimentos atribuídos aos servidores beneficiados por intermédio da correlação inserida no Anexo XIII, da referida Resolução, passam a vigorar conforme os Anexos I e II deste Ato.

Parágrafo Único. A retribuição financeira prevista no caput deste artigo não se aplica aos servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente ato correrão à conta da dotação orçamentária própria do Poder Legislativo.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data da sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de setembro de 2008.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Antonio Aguiar - Secretário

Anexo I

Nível	Índice
1	1,6863
2	1,7441
3	1,8039
4	1,8658
5	1,9298
6	1,9959
7	2,0644
8	2,1352
9	2,2084
10	2,2841
11	2,3624
12	2,4434
13	2,5272
14	2,6139
15	2,7035
16	2,7962
17	2,8992
18	2,9912
19	3,0938
20	3,1999
21	3,3096
22	3,4231
23	3,5405
24	3,6619
25	3,7875
26	3,9173
27	4,0517
28	4,1906
29	4,3343
30	4,4829

Nível	Índice
36	5,4879
37	5,6761
38	5,8708
39	6,0721
40	6,2803
41	6,4956
42	6,7184
43	6,9487
44	7,1870
45	7,4334
46	7,6890
47	7,9527
48	8,0057
49	8,2653
50	8,2870
51	8,4291
52	8,6724
53	8,9243
54	9,1847
55	9,4540
56	9,7326
57	10,0207
58	10,3188
59	10,6269
60	10,9458
61	11,2755
62	11,6165
63	11,9693
64	12,3341
65	12,7114

31	4,6366
32	4,7956
33	4,9600
34	5,1301
35	5,3060

66	12,8423
67	12,9746
68	13,1082
69	13,2433
70	13,3797
71	-

Anexo II**Correlação Anexo XIII**

Código	Código	Índice
PL/DCA-1	PL/DAS-1	8,0670
PL/DCA-2	PL/DAS-2	9,6680
PL/DCA-3 PL/DASU-1	PL/DAS-3	11,2680
PL/DASU-2	PL/DAS-4	12,8125
PL-DASU-3	PL/DAS-5	14,3437
PL/DASU-4 DCA-4 3-CC	PL/DAS-6	15,8746
PL/DAT-1	PL/DAS-7	17,4059

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 194, de 30/09/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR a servidora **SANDRA MARA COELHO**, matrícula nº 1749, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenador de Taquigrafia das Comissoes, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, servidora IONE TEREZINHA REIS DE MELO, que se encontra em licença para tratamento de saúde no período compreendido entre 1º de setembro e 30 de outubro de 2008 (DL - Coordenadoria de Taquigrafia das Comissoes).

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Valmir comin - Secretário
Deputado Antonio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 195, de 30/09/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar ESTÁVEL a servidora **SILVIA REGINA SILVEIRA DA ROSA**, matrícula nº 4633, ocupante do cargo de Analista Legislativo, PL/ALE-51, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, em virtude do desempenho alcançado no Estágio Probatório, concluído em 13 de agosto de 2008.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13 de agosto de 2008, revogando as demais disposições em contrário.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Valmir comin - Secretário
Deputado Antonio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS**AUDIÊNCIAS PÚBLICA**

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL, PARA DEBATER SOBRE O PROGRAMA DA FRUTICULTURA DE CLIMA TEMPERADO PARA REGIÃO DO PLANALTO NORTE, REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE 2008, ÀS 14H, NO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (André Luiz Dombrovski) - Senhoras e senhores, muito boa-tarde.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos início à audiência pública convocada pelo deputado Moacir Sopelsa, presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, constituída através do requerimento do senhor deputado Reno Caramori, hoje licenciado, e do prefeito desta cidade, Sirineu Ratochinski, com a finalidade de debater o programa da fruticultura de clima temperado para a região do planalto norte catarinense.

Para tanto, iniciamos os trabalhos compondo a mesa dos trabalhos, para a qual chamo o senhor Sirineu Ratochinski, prefeito de Monte Castelo e anfitrião desta audiência pública; o senhor deputado Antônio Aguiar, neste ato presidindo a Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembléia Legislativa; o senhor Abel Schroeder, secretário do Desenvolvimento Regional da 25ª SDR - Mafra; o senhor deputado federal Carlito Merss, da região do planalto norte; o senhor Artur Mário da Silveira, presidente da Câmara de Vereadores de Monte Castelo; o senhor deputado estadual Silvio Dreveck, também representando o planalto norte catarinense; o senhor Jurandi Teodoro Gugel, delegado federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário em Santa Catarina (MDA/SC); o senhor Vilmar Dutra, superintendente regional substituído da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); o senhor Jânio Secon, engenheiro agrônomo, coordenador do projeto de fruticultura e palestrante desta tarde com o tema "Organização da Produção"; o senhor Geraldo Pillati, engenheiro agrônomo e também palestrante nesta audiência pública; o senhor Hilário Damásio da Silveira, representando neste ato o senhor Edmilson Verka, secretário do Desenvolvimento Regional de Canoinhas.

Registro a presença do senhor Altivir Luiz Dominiak, presidente da Câmara de Vereadores de Papanduva; do senhor Luciano Maestri, representante do deputado estadual Altair Silva; do senhor João Grem, representante do deputado estadual Dirceu Dresch; do senhor Wanderlei José Dombrowski, secretário de Agricultura de Canoinhas, neste ato representando o prefeito daquele município; do senhor Otávio Wunsch, secretário de Agricultura de Papanduva; dos senhores Alcides Malikoski e Adão Adelino Lemos, vereadores do município de Monte Castelo; do senhor José Evilásio Junkes, representante da Cidasc de Mafra; do senhor Luiz Carlos Furtado, representante do Sindicato Rural de Monte Castelo; do senhor Acir dos Passos, representante da Cooperativa de Agricultura de Canoinhas; do senhor Mauro Kazmierczak, presidente do Sindicato Rural de Itaiópolis; do senhor José Carlos, digníssimo representante do senhor Gilson Galotti, gerente-geral da Epagri em Canoinhas; do senhor Pedro Pelchebinski, vice-prefeito de Monte Castelo; das demais entidades representantes de segmentos da sociedade na área da agricultura, das instituições bancárias. Sintam-se todos cumprimentados nesta audiência pública.

Neste momento, passo a presidência dos trabalhos ao excelentíssimo senhor Antônio Aguiar, deputado estadual pelo planalto norte, de Canoinhas (nosso vizinho), neste ato presidindo a Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (deputado Antônio Aguiar) - Cumprimentando todos os presentes, gostaríamos de desejar uma grande audiência. Que possamos tirar daqui propostas para a nossa fruticultura, para a nossa agricultura familiar, enfim, que os agricultores tenham os benefícios desejados.

Convido o prefeito Sirineu Ratochinski para fazer o seu pronunciamento.

O SR. PREFEITO SIRINEU RATOCHINSKI (Monte Castelo/SC) - Quero, inicialmente, cumprimentar o deputado Aguiar, que vai presidir os trabalhos na tarde de hoje; o secretário de Desenvolvimento Regional, Abel; o nosso deputado federal Carlito, que representa a região do planalto norte do Estado em Brasília; o deputado estadual Sílvio Dreveck, que também representa a região do planalto norte; o presidente da Câmara; os palestrantes; enfim, os demais membros da mesa já nominados. Estendo esses cumprimentos a todas as lideranças, aos funcionários de prefeituras da região e de instituições do Estado, aos agricultores e fruticultores aqui presentes.

Esta audiência pública é um momento significativo, importante para Monte Castelo, e foi incluída nas comemorações do 46º aniversário do município.

Monte Castelo é um município pioneiro na fruticultura, e tem esse projeto com o objetivo de buscar nova alternativa de renda, principalmente para o pequeno produtor - o foco é a agricultura familiar. Iniciamos em 2002, hoje já são vários produtores produzindo frutas aqui no município. Somente este ano foram produzidas mais de 2 mil toneladas de maçã, superando a expectativa de produção e de preço.

Esse projeto se disseminou na região toda. Hoje, vários municípios estão criando programas e produzindo frutas de clima temperado na região do planalto norte. A partir daí, surgiu a Associação de Fruticultores de Monte Castelo, também nasceu a Cooperativa dos Fruticultores do Planalto Norte Catarinense, que engloba quinze municípios da região, especificamente aqui no planalto norte.

É um projeto que não tem mais volta, embora haja algumas dificuldades. E até gostaria de aproveitar a presença do deputado Carlito, que tem dado uma força muito grande em Brasília, assim como outros deputados federais, para saber sobre a audiência que teve com o ministro (deve ter notícias boas).

Esse projeto é suprapartidário e de abrangência regional. Muitos municípios de várias siglas partidárias estão engajados buscando esse novo caminho, essa nova alternativa, que é melhorar a qualidade de vida do nosso pequeno produtor. Monte Castelo é um exemplo claro disso; temos 180 famílias trabalhando com a fruticultura, o que gerou na colheita da maçã mil empregos rurais. Isso é muito mais importante do que se criar emprego, inclusive na área urbana, porque hoje o meio rural é o melhor lugar que tem para se viver, para se morar, é onde se tem melhor qualidade de vida, e com todo acesso à informação. Muitas vezes, os filhos desses produtores rurais são obrigados a se deslocar e morar numa cidade maior, como Joinville, em busca de emprego, o que ocasiona problemas sociais nessas cidades maiores relacionados à violência, ao uso de drogas muitas vezes, sendo que eles podem muito bem morar no interior de cada município das regiões do Estado. Assim sendo, nós buscamos essa alternativa, através da fruticultura.

Esse projeto é de construção de uma unidade de classificação, comercialização, industrialização e armazenagem de fruta. Esse é o maior problema, porque hoje toda produção está sendo encaminhada a Fraiburgo, e lá se paga para classificar, se paga o frete, se paga para fazer a comercialização, e aí os produtores têm uma perda significativa, quando o lucro poderia ser muito maior.

Então, esse projeto é realmente o início, é a alavancada. E não representa muito nem para o governo do Estado nem para o governo federal, Aguiar, é um projeto orçado em R\$ 2,5 milhões. É lógico, é o início, é a primeira unidade da cooperativa; futuramente, será preciso construir mais unidades, mais módulos, que podem ser descentralizados até para outros municípios.

Mas, no início, como o programa está começando... Noventa por cento é Pronaf, Carlito, é financiamento do Pronaf. Noventa por cento é produtor de fumo. Para se conseguir um financiamento no banco já não é fácil, porque ele tem uma exigência muito grande de garantia. Então, eles não têm condições de chegar ao BNDES hoje e financiar R\$ 3 milhões para construir essa unidade.

Seria, portanto, uma ajuda do governo do Estado ou do governo federal, que seja. Está havendo um empenho grande por parte dos deputados federais para que venha ajuda nesse início, a fim de que essa cooperativa possa se firmar e dar oportunidade ao pequeno produtor rural do município de Monte Castelo e de toda a região do planalto norte, haja vista a variedade de frutas que tem a nossa região, que produz de tudo.

O meu abraço a todos, e agradeço a acolhida.

Desejo ao deputado Aguiar uma tarde proveitosa de trabalho com relação a esse tema tão importante para a nossa região: fruticultura de clima temperado para o planalto norte.

Muito obrigado! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Antônio Aguiar) - Convidamos o senhor Abel Schroeder, secretário regional de Mafra, para fazer o seu pronunciamento.

O SR. SECRETÁRIO REGIONAL ABEL SCHROEDER (Mafra/SC) - Quero saudar o deputado Antônio Aguiar, presidente desta mesa; o senhor Sirineu Ratochinski, prefeito de Monte Castelo e anfitrião desta audiência; o deputado federal Carlito Merss; o deputado Sílvio Dreveck, que também representa a nossa região; o senhor Artur Mário da Silveira, presidente da Câmara Municipal de Monte Castelo, estendendo o cumprimento aos demais membros da mesa dos trabalhos, aos senhores e às senhoras aqui presentes.

Monte Castelo tem se destacado no projeto de fruticultura de clima temperado, e mais: vamos ter hoje aqui um palestrante, o engenheiro agrônomo Jânio Secon, que foi o criador de uma nova maçã, que se adaptou muito bem no planalto norte catarinense. Por isso Monte Castelo está sediando esta audiência pública, promovida pela Assembléia Legislativa do Estado, e, com certeza, todo o planalto norte vai ganhar com esses trabalhos de hoje.

Monte Castelo e os demais municípios do planalto norte, que têm vocação para a agricultura (e aqui temos vocação também para a fruticultura), procuram, e procuram muito, fazer com que a agricultura e a fruticultura sejam não só viáveis, mas economicamente muito boas para todo o Estado de Santa Catarina.

Temos aqui o exemplo claro da agricultura familiar, e hoje muito se está trabalhando, como bem citou o prefeito Sirineu, para fazer a cooperativa da fruticultura do planalto norte catarinense. Isso envolve muitos valores, razão pela qual os deputados estaduais e o deputado federal aqui presentes muito vão trabalhar, muito vão lutar para que esses recursos venham para o planalto norte catarinense e para Monte Castelo.

Do governo do Estado de Santa Catarina, já temos investido em Monte Castelo, na cooperativa, R\$ 150 mil, que foi para a compra do galpão onde vai ser instalada essa cooperativa. Outros pleitos por recursos também estão sendo feitos pelo prefeito, pelas autoridades de Monte Castelo, e, num futuro breve, com certeza também serão atendidos.

Queremos, sim, sair desta audiência pública com a certeza de que Monte Castelo e o planalto norte catarinense estão sendo vistos como sempre foram vistos o litoral e outras regiões, porque nós ficávamos um tanto quanto esquecidos. Hoje, sim, as nossas autoridades já estão vendo o planalto norte catarinense não só geograficamente, mas viável economicamente. E, com certeza, prefeito Sirineu, muito mais vamos trabalhar para que os municípios do planalto norte e Monte Castelo sejam privilegiados no sentido de poderem dar melhor qualidade de vida para toda essa população.

Ao deputado Antônio Aguiar, que preside esta sessão, e ao deputado Sílvio Dreveck, que também aqui representa a Assembléia, o nosso agradecimento por terem escolhido Monte Castelo para fazer esta audiência pública.

Também agradecemos ao deputado federal Carlito Merss, que nos representa em Brasília, por estar aqui participando, estendendo o nosso agradecimento a todos os senhores e a todas as senhoras.

Não estamos sozinhos, temos, sim, autoridades que pensam em nós, que se preocupam com aquilo que não conseguimos levar adiante, por isso a certeza de um futuro melhor.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o deputado federal Carlito Merss, que representa o nosso presidente da República, o Lula, e acho que tem boas notícias para nós.

O SR. DEPUTADO FEDERAL CARLITO MERSS (SC) - Bem, sobrando algum ministério lá, até toparia! Mas estou aqui em nome da Câmara dos Deputados.

Boa-tarde a todos. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o convite da Assembléia Legislativa, em nome dos deputados Antônio Aguiar e Silvio Dreveck, e as palavras do secretário regional Abel. Também agradeço ao presidente da Câmara Municipal; às demais autoridades; aos nossos palestrantes; ao Jurandi, do MDA; ao Sione, da Conab.

Há uns dois anos, o Sirineu e o Adelmo, que é prefeito de Bela Vista, me ligaram e perguntaram onde eu estava, e quando respondi que estava em Joinville, eles disseram que viriam ao meu encontro para me mostrar um projeto que, segundo eles, poderia ser mais uma saída, mais um espaço de recuperação da minha região.

Todos sabem que sou natural de Porto União, e aquilo que o Abel disse aqui tem sido a minha luta desde quando fui deputado estadual e agora, já no terceiro mandato de deputado federal: colocar o planalto norte no mapa de Santa Catarina e no mapa do Brasil. Não quero continuar sendo um deputado vendo o IDH da nossa região como um dos piores do Brasil, porque é uma região muito rica, muito deu ao Paraná e a Santa Catarina. Ela não precisaria ser uma região deprimida economicamente, já que havia muitas possibilidades.

Nesses últimos quinze anos, vi diversas tentativas do ponto de vista do comércio, da indústria, buscando-se saídas para essa região, e me entristece muito ainda hoje verificar que às vezes uma das poucas opções da agricultura é a plantação de fumo. Tenho parentes, inclusive, que plantam fumo e dizem: não gostaríamos de estar plantando fumo, mas não temos outra opção. E nós temos a obrigação de achar opções.

Quando o prefeito Sirineu e o Adelmo me mostraram o projeto num almoço lá em Joinville, como comentei anteriormente, imediatamente eu liguei para o Jurandi. Acho que naquele dia, ou naquela semana mesmo, eles conseguiram entregar e mostrar o projeto no MDA, que foi amplamente reconhecido. Cerca de um mês depois, tínhamos conseguido convencer o Ministério da Agricultura da viabilidade, principalmente através do secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério, Márcio Porto Carrero, que se encantou com o projeto.

E temos um grande aliado nesse projeto, que é o ministro Reinhold Stephanes. Não sei se todos sabem, mas o meu umbigo, como dizia um prefeito aqui da cidade, está enterrado muito perto do umbigo do ministro Reinhold Stephanes. Eu nasci no distrito de Maratá, aqui em Porto União, distante talvez 4 quilômetros, no máximo, de onde ele nasceu, pouco antes do que eu.

Como eu coloquei, acho que para o Aguiar e para o prefeito, esta semana ainda eu voltei à carga para saber como está o projeto. Primeiro, foi uma disputa boa: diversos municípios gostariam de ter a sede da cooperativa Pomaris, mas eu acho que, até pela luta do Sirineu, pela colocação regional, está de bom tamanho.

Então, nós temos que fazer com que esse espaço de beneficiamento fique aqui, para não acontecer o que acontece hoje: o transporte até Fraiburgo, ou até Curitiba muitas vezes. A maioria vai para Fraiburgo e traz esses problemas.

Qual é a luta da Pomaris, que é o nome da nossa cooperativa? Não é simples você conseguir R\$ 2,5 milhões, sem emendas, no Ministério. Nós não conseguimos convencer os outros deputados federais que essa fosse uma emenda coletiva, até porque são tantas as reivindicações que é difícil, entre quinze emendas, você inclui-la. O que nós conseguimos fazer? Num primeiro momento, conseguimos R\$ 500 mil, para iniciar. Para a nossa surpresa, no dia 31 de dezembro, último dia do ano, às 11h54min, nós conseguimos o empenho de R\$ 500 mil. Só que o nosso objetivo era que o empenho fosse direto para Monte Castelo, para todo o investimento ser feito na sede, no espaço, e um dia, prefeito, a gente ainda vai descobrir o que aconteceu lá.

Como nós colocamos que o projeto envolve quatorze municípios, agora você disse quinze, e até queria saber qual é o outro município... Porque eu tenho como quatorze municípios, não sei.

O Ministério, então, empenhou R\$ 100 mil para Bela Vista, R\$ 100 mil para Itaiópolis, R\$ 100 mil para Major Vieira, R\$ 100 para Monte Castelo e R\$ 100 mil para Papanduva.

E eu tive o privilégio de receber, no dia 6 de maio, uma correspondência do ministro Reinhold colocando que esse dinheiro já está na Caixa - nós vamos ver. Seria importante que se conseguisse com esses cinco prefeitos que essa emenda, que é de desenvolvimento do setor agropecuário, já fosse organizando os agricultores (alguma coisa nesse sentido), porque senão a gente teria muita dificuldade de conseguir um valor maior.

Na quarta-feira eu solicitei uma audiência com o ministro, que consegui de imediato, e estamos tentando achar uma saída. Existe uma emenda de bancada, aquela emenda que é aprovada pelos dezesseis deputados federais e pelos três senadores, só que é para saneamento rural, são R\$ 11,7 milhões, e ela vai ser administrada pela Cidasc.

Nós vamos tentar - e eu já fiz contato com o deputado José Carlos Vieira, que é o coordenador do fórum, para verificar, numa medida provisória ou alguma coisa no Orçamento, a possibilidade de eventualmente conseguir algo que não seja custeio, desses R\$ 11,7 milhões. Porque a emenda foi aprovada para custeio, e nesse caso teria que ser investimento. Essa pode ser uma saída, de a gente liberar talvez não dois milhões e pouco de reais, mas um milhão de reais, um milhão e meio de reais, para que possa ser efetivamente utilizado aqui na cooperativa - mais do que isso, talvez até a outra oportunidade seja melhor.

O Ministério da Agricultura tem uma emenda grande de R\$ 526 milhões, que é de apoio ao desenvolvimento agropecuário, e eu fiz essa conversa ao ministro, a minha assessoria está observando. Se conseguirmos o apoio do ministro, Aguiar e Silva, talvez a gente precise de um documento oficial desta audiência sobre essa questão para o ministro Reinhold Stephanes.

Na semana que vem vou pautar esse tema no fórum parlamentar com o deputado Vieira, para que a gente também faça essa solicitação ao ministro, porque ele pode, tendo lá quinhentos e poucos milhões, fazer um remanejamento para um projeto como esse. Porque esse projeto já foi aprovado no Ministério da Agricultura, tecnicamente hoje é um projeto exequível. Tanto é verdade que o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) já investiu cerca de R\$ 200 mil (depois o Jurandi pode colocar), e ainda mais dinheiro para as estações meteorológicas, que vai ser um órgão importante, porque a gente sabe do problema que as frutas sofrem.

Então, ele é um projeto que abrange tudo isso que o prefeito colocou: geração de emprego e renda, opções para a gente gradativamente reduzir a plantação de fumo, que eu ficaria muito feliz com isso - mas, principalmente, a geração de emprego e renda, e aí a fixação das pessoas num modelo que nos orgulha tanto.

Tenho muito orgulho quando falo, em Brasília, da agricultura do nosso Estado. E digo, batendo no peito, que nós ainda somos um dos poucos Estados que conseguiu manter a agricultura familiar. Poucos Estados do Brasil têm essa característica, há muito custo. Eu sei o sacrifício de milhares de famílias do nosso Estado para conseguirem se manter.

Vendo o Pronaf aumentar os percentuais e vendo essa política que o presidente Lula tem exigido que se faça, começa a se perceber novamente uma vontade de retorno (ao campo), principalmente com luz, com condições. A gente sabe que as pessoas ficam desde que tenham condições de ter uma vida digna.

Então, eu queria me colocar à disposição para continuar nessa luta. E vou precisar para a semana que vem, ou no máximo depois, um documento desta assembléia solicitando ao ministro, posso até auxiliar depois, que seja colocado na emenda nacional apoio à Rede de Desenvolvimento Agropecuário. É uma emenda que ele tem, poderia colocar parte desses R\$ 526 milhões para esse projeto. E junto também uma segunda correspondência, deputado Aguiar, ao coordenador do fórum, o deputado José Carlos Vieira, solicitando que o fórum consiga, ou com o ministro, ou talvez com a emenda que temos, uma saída para que a gente possa resolver isso. Porque sabemos da dificuldade orçamentária dos municípios para um investimento desse vulto.

Então, agradeço a presença, e vou acompanhar um pouco da audiência até às 15h30min no máximo, pois realmente tenho mais compromissos - mas fiz questão de rever a minha agenda em função do convite que recebi da Assembléia e do prefeito.

Quero ser um aliado desse projeto, pois acredito nele. Acredito que seja uma das grandes opções o trabalho que a Epagri, os órgãos técnicos fizeram, provando que frutas temperadas é uma saída para essa região. Por que não dar mais dignidade ao nosso povo? E nós, representantes públicos, temos a obrigação de ajudar naquilo que for possível.

Gostaria de agradecer mais uma vez, e desejar uma boa tarde a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Antônio Aguiar) - Passo a palavra ao deputado Silvio Dreveck, líder do PP, que tão bem representa essa região na Assembléia Legislativa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SILVIO DREVEK (SC) - Agradeço e cumprimento o deputado Antônio Aguiar, nosso colega na Assembléia Legislativa, que preside esta audiência pública.

Quero cumprimentar o colega deputado federal Carlito MerSS; o Abel Schoeder, secretário regional de Mafra; o Artur Mário da Silveira, presidente da Câmara Municipal de Monte Castelo; os palestrantes; os técnicos; os agricultores; as nossas colaboradoras da Assembléia, que sempre nos acompanham em audiências públicas e são incansáveis, pois há poucos dias percorremos o Estado de Santa Catarina fazendo audiências públicas sobre o nosso Instituto de Previdência dos Servidores de Santa Catarina.

Deixei por último o nosso colega e meu amigo Sirineu Ratochinski, prefeito de Monte Castelo, porque tem, não só hoje, mas há muitos anos, liderado esse processo da fruticultura aqui do planalto norte catarinense com outros prefeitos, com sindicatos rurais, tanto da parte laboral, quanto da patronal, e com entidades empresariais. É uma luta incansável que tem feito em prol desse projeto tão importante para a nossa região do planalto norte catarinense.

Não vamos historiar hoje, mas sabemos que no passado o planalto norte catarinense foi um planalto de desenvolvimento e de qualidade de vida - municípios-referências como Mafra, Canoinhas, Porto União e tantos outros. Por questões de alternância da economia nós tivemos um retrocesso e isso se retoma novamente - bom que se está retomando.

Entre outros projetos, esse projeto da fruticultura é galgado na associação e na cooperativa. E vou ser bastante objetivo nesse aspecto, porque, como eu já disse, tenho acompanhado a luta incansável do prefeito, juntamente com outras lideranças, e às vezes me deixa um pouco triste. Talvez para mim seja mais fácil falar, porque sou deputado de Oposição na Assembléia Legislativa, mas esse projeto, e tantos outros, não tem partido político. Esse projeto é de todos, de todos os partidos, entidades e classes sociais.

Penso, e tenho conversado com o deputado Aguiar, que o governo do Estado também pode colaborar, também pode priorizar recursos para essa realização, para essa ação tão importante. Tenho feito vários pronunciamentos na Assembléia Legislativa, já fiz documentos solicitando recursos para essa cooperativa. Como disse o prefeito, levar a maçã ou outras frutas para Fraiburgo encarece o frete, o custo.

Vou fazer uma proposta, para que se possa registrar nesta audiência pública, deputado Carlito e deputado Antônio Aguiar. Se a União conseguir 100% dos recursos, ótimo, mas se não conseguir, por que não fazermos uma divisão de recursos? O governo do Estado poderia contribuir com R\$ 1 milhão, o governo federal com R\$ 2 milhões. Poderíamos fazer uma emenda na Assembléia, deputado Aguiar. Independentemente de partido, não há por que os nossos colegas deputados não acolherem a emenda. Eu estou falando de R\$ 1 milhão, pode ser R\$ 1,2 milhão, pode ser R\$ 800 mil, mas desde que se garantam recursos, se não de imediato, mas para o ano que vem.

Infelizmente não tivemos sucesso ainda com o governo do Estado. Como eu disse, às vezes faço algumas críticas, não à pessoa do governo nem a secretário nenhum, mas, sim, à priorização de recursos. Porque muitas vezes há inúmeros pedidos de outros deputados, de outras lideranças e são canalizados recursos que não são tão prioritários nem tão importantes quanto esse aqui para o planalto norte catarinense.

Então, quero deixar aqui o compromisso de buscar mais essa alternativa: colocar no Orçamento do Estado, através da Assembléia Legislativa, fazendo emenda independente - nem preciso ser o autor dessa emenda, desde que ela seja em benefício do planalto norte catarinense, especificamente da Cooperativa dos Fruticultores do Planalto Norte Catarinense.

Muito obrigado pelo convite, parabéns ao deputado Aguiar pela condução dos trabalhos, e um abraço a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Antônio Aguiar) - Passo a palavra ao senhor Jurandi Teodoro Gugel, delegado federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no Estado de Santa Catarina.

O SR. JURANDI TEODORO GUGEL - Boa-tarde, senhoras e senhores. Quero cumprimentar aqui todos os componentes da mesa, os deputados, o prefeito de Monte Castelo, as lideranças da região; e agradecer o convite que nos foi dirigido.

Rapidamente quero colocar que o nosso Ministério do Desenvolvimento Agrário, que também é responsável pela reforma agrária no Brasil, tem um leque importante: os agricultores, hoje, que têm até quatro módulos fiscais de área e que têm uma renda bruta anual de até R\$ 110 mil/ano - esse é o público do nosso Ministério. Então, temos o Pronaf e todas as políticas de assistência técnica e extensão rural que são gerenciados pelo nosso Ministério.

Quanto a esta região, eu queria parabenizar, por sua história, as lideranças municipais e regionais, os técnicos, os colegas companheiros da Epagri e os agricultores que estão à frente desse processo. Porque sabemos dos desafios e das dificuldades em se implantar projetos de certa forma inovadores - especialmente quando há estagnação econômica numa região que está, há algum tempo, com dificuldades de encontrar o seu caminho, do ponto de vista de atividades econômicas que gerem oportunidades e renda para a sua população.

Isso é fruto de uma história que todos conhecemos aqui no Estado e no próprio País. E estamos num momento importante de aproveitar as oportunidades que surgem, especialmente de valorizar o esforço local, de se fazer um projeto como esse da fruticultura aqui da região do planalto, porque (aqui o pessoal deve conhecer essa expressão) o cavalo, às vezes, passa encilhado na nossa frente e temos que aproveitar.

Eu acho que passamos por um momento econômico importante no País. As coisas estão caminhando para o lado correto e precisamos aproveitar essa oportunidade, especialmente porque temos um conjunto de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, que conseguimos construir pelo esforço da sociedade brasileira, dos agricultores e agricultoras deste país. E hoje temos condições, quer dizer, recursos na linha de financiamento não faltam. Está aqui a equipe do Banco do Brasil, o Fábio e o pessoal da agência local, e podemos colocar, com todas as letras, que essas condições estão disponibilizadas para os nossos agricultores. Mas também tem esse esforço que o Carlito estava relatando aqui. Esta região, a do Alto Vale

do Itajaí e o litoral sul do Estado são três territórios que o nosso ministério elegeu como prioritários para incentivar atividades que venham a disponibilizar oportunidades para os agricultores familiares poderem gradativamente sair da cultura do fumo.

Então, em cinco anos, seis anos ou dez anos, vamos imaginar um desenho aqui nessa região. Precisaremos ter culturas que possam competir de igual para igual, do ponto de vista da renda familiar, inclusive poderá ganhar da cultura do fumo, pela densidade econômica que a fruticultura apresenta.

Em nível da política do desenvolvimento territorial, colocamos alguns recursos há alguns anos, uns dois anos atrás, o prefeito ajudou em torno de duzentos mil reais, a contribuição do MDA, na estrutura da Pomaris aqui em Monte Castelo. Também estamos fechando parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, o Sebrae de Santa Catarina, o Epagri e o MDA.

Já foram contratados recursos de R\$ 380 mil, quase R\$ 400 mil, para implantar, em parceria com as prefeituras municipais aqui da região, estações meteorológicas automáticas, capacitação de técnicos e de agricultores, para que, por um lado, possamos fazer com que a estrutura da cooperativa, o associativismo e o cooperativismo se consolidem; por outro lado, para termos condição de infra-estrutura, de informações técnicas, de preparo da equipe técnica e dos próprios agricultores, a fim de que esse projeto realmente possa ser apropriado pelos agricultores e pela sociedade e corresponder, então, a essa expectativa aqui da região.

Nesta semana eu estive na Universidade Federal, e acho que os colegas da Epagri devem estar também sintonizados com isso. A idéia é que se venha para cá no começo de junho, para se poder apresentar os diversos projetos e programas que apóiam essa iniciativa aqui da região, para que um conjunto mais amplo possível de agricultores, especialmente, possa compreender isso. Também já tem recurso implantado do Ministério da Ciência e Tecnologia, Carlito, que vem nessa linha.

Para que se possa ser muito claro no processo de comunicação, e os agricultores familiares dessa região possam conhecer a profundidade desse projeto, ele está sendo implantado não mais no ensaio de alguns anos atrás, como foi a fruticultura em outras regiões, em que o pessoal fez e errou porque não tinha informação suficiente, hoje nós temos a condição de qualificar muito cada passo dado aqui na região.

Portanto, é para que os agricultores, de forma muito especial, possam compreender que realmente está sendo montado um projeto em cima de uma base muito sólida, técnica, com conhecimento científico da mais alta qualidade. Que a gente possa, então, estar com as famílias optando com segurança e aproveitando essa oportunidade que esse esforço conjunto está podendo disponibilizar a todos aqui da região.

Então, acho que estamos com algumas coisas muito bem encaminhadas, o fato está consolidado, do ponto de vista do apoio das políticas públicas, especialmente do governo federal. Estamos aqui como parceiros nesse processo.

Também queria colocar para as organizações que possam estar apoiando as iniciativas da cooperativa Pomaris, que temos vários projetos em parceria com a Epagri. Mas, por exemplo, se aqui na região temos organizações da sociedade civil, que têm estrutura técnica capaz de apoiar tecnicamente os agricultores em complementação aquilo que a Epagri já faz, estamos com edital aberto hoje até o final do mês para que se possa colocar também recurso para assistência técnica.

Então, abriu o leque de parcerias, de possibilidades, para que a gente possa estar investindo os recursos aqui da forma mais completa e mais qualificada possível, que sei é a preocupação colocada aqui por todos nesta região.

Para finalizar, eu queria dizer que de nossa parte é muito clara a decisão de construirmos essas alternativas, porque esta região está eleita como território prioritário para apoiar atividades que venham gradativamente disponibilizar alternativas para os agricultores em substituição ao fumo.

Então, é uma decisão que envolve onze ministérios, desde o Ministério da Saúde, e nós somos o Ministério encarregado de implementar isso. Inclusive queremos fazer parcerias mais amplas, porque existem recursos, e acho que é mais uma contribuição para toda a região.

Agradeço o convite mais uma vez, e parabéns pelo que já foi construído aqui. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Antônio Aguiar) - Concedo a palavra ao superintendente regional substituto da Conab, Vilmar Dutra.

O SR. VILMAR DUTRA - Eu quero saudar o prefeito anfitrião aqui de Monte Castelo, o Sirineu; o presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural, deputado Antônio Aguiar; o deputado Silvio; de forma muito especial o deputado Carlito Meres, que representa esta região, Joinville, e é de grande atuação; o representante do governo do Estado; os demais representantes de sindicatos; secretários; representantes de cooperativas; e os agricultores familiares.

Para a Conab é uma satisfação estarmos mais uma vez atendendo a esse convite da Comissão de Agricultura. Esta é a segunda vez na semana que participamos de um ato dessa Comissão. Terça-feira nós participamos, com o companheiro Jurandir Gugel, de um encontro no plenarinho da Assembléia, em Florianópolis. Então, é sempre bom ouvir e trocar experiência também. Isso que vocês fazem é muito importante, principalmente, como disse o Jurandir e o Carlito, pelo momento que vivemos no Brasil em todos os setores, especialmente no da economia.

Eu, como filho de agricultor familiar que sou, e há mais de 25 anos trabalhando na Conab, percorrendo o Estado todo, principalmente agora, através do governo do presidente Lula, estou executando políticas públicas, ações voltadas especificamente à agricultura familiar.

Nós temos um programa, que é chamado Programa de Aquisição de Alimentos, e atuamos nessa região há mais de anos, em Porto União, em Mafra, em Taiópolis, e em mais de 150 municípios do Estado. Para vocês terem uma idéia, aplicamos em quatro anos R\$ 50 milhões em compra da agricultura. E esses produtos são doados para o programa Fome Zero nas próprias instituições sociais dos municípios nos quais adquirimos essa produção.

Espero que essa cooperativa e outras, das quais eu conheço os representantes desta região, possam elaborar projetos para a Conab. E que possamos destinar esses produtos aos hospitais públicos, Apae, principalmente agora que estamos liberados a comprar para as escolas dos municípios também.

Para vocês terem uma idéia, na área de fruticultura, nós compramos grande parte da produção dos agricultores familiares dos doze municípios serranos, lá da região de Lages, e distribuímos as maçãs naquela região, inclusive produção orgânica através da Ecoserra e da Coopernavi de São Joaquim. Aqui mesmo de Porto União nós compramos da Cooperativa Fruta, há mais de três anos, e entregamos esses produtos até em Joinville.

E o Carlito sabe, nós temos um projeto ambicioso, que foi um projeto em rede que construímos com as lideranças de Joinville, de Jaraguá do Sul, de Corupá. Compramos banana daquela região e distribuímos para 35 municípios do Vale do Itajaí para merenda escolar.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (André Luiz Dombrovski) - Convido o engenheiro agrônomo Jânio Seccon, coordenador do projeto de fruticultura em Monte Castelo e região, para falar sobre o tema Organização da Produção, Classificação e Comercialização de Frutas da Agricultura Familiar.

O SR. JÂNIO SECCON - Boa-tarde a todos.

É com muito prazer que nós estamos aqui hoje para apresentar um pouco da experiência de Monte Castelo e do planalto norte em termos de fruticultura, sobre o que já existe e sobre o que se espera para um futuro próximo.

(Procede-se à exibição de imagens.)

Nós iniciamos em 1998, tivemos a primeira colheita representativa em 2002 e a partir de fevereiro de 2002 iniciamos um programa municipal de fruticultura. Nesses anos, a evolução dos plantios foi a seguinte: em 1998 começamos com 2 hectares de maçã e em 2007 já tínhamos 111 hectares; hoje, temos 20,5 hectares de caqui, 2 hectares de pêra, 1 hectare de *kiwi*, 0,5 hectare de uva, além das unidades demonstrativas com outras culturas, que vamos citar mais à frente.

Nesse nosso programa de fruticultura municipal contamos com a parceria da Prefeitura, da Epagri, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, dos produtores rurais, do Banco do Brasil, através do DRS, que é o Desenvolvimento Regional Sustentável, do Sicoob-Crediplanalto, através do BRDE, com recursos para financiamentos de pomares, do Sebrae, da SDR de Mafra e de Canoinhas e, também, do curso técnico em horticultura. Vamos abrir um pouquinho para cada um desses parceiros.

A Prefeitura atua hoje com três engenheiros agrônomos aqui no município para a parte de assistência técnica, bem como com máquinas e equipamentos para pomares - a Prefeitura adquiriu seis pulverizadores para pomares, roçadeiras, calcareadeiras e tratores que são utilizados por grupos de fruticultores. A Associação dos Fruticultores de Monte Castelo define para onde vão esses equipamentos que são utilizados para a iniciação do agricultor na fruticultura. A partir do momento em que eles começam a ter a sua produção, já vão adquirindo seus próprios equipamentos, formando grupos, e esse equipamento da Prefeitura vai para outro grupo de fruticultores que está começando e não tem condições de adquiri-lo.

A Epagri trabalha desde o começo como grande fomentadora desse programa, através de dias de campo feitos em todos esses anos, desde 2002, divulgando a nova alternativa. A parte toda de projetos de financiamentos, de custeio, de investimento para agricultores é toda feita através da Epagri, que também participa na parte de assistência técnica da maçã e do caqui.

Os dois sindicatos do município também trabalham desde o começo na divulgação do programa e no incentivo dos seus associados para entrarem nessa nova atividade.

O Banco do Brasil, a partir do programa DRS, deu início aos plantios aqui em Monte Castelo. Ainda não tinha esse programa aqui, que começou em 2005, se não estou enganado. Os plantios iam devagar, porque não tinha condições de financiamento. A partir dali, quando entrou esse programa, foi dado um grande passo em termos de plantios.

O Sicoob-Crediplanalto tem participado nos financiamentos: o Sebrae iniciou com a gente em 2002, com projetos de capacitação de agricultores e agora está voltando a trabalhar com a gente através desse programa que já foi citado pelo Geraldo.

As Secretarias de Desenvolvimento Regional de Mafra e de Canoinhas também têm nos dado bastante apoio político em termos de busca de recursos para que esse programa ande.

O curso técnico em horticultura, que já está no terceiro ano aqui em Monte Castelo, um curso de segundo grau, através do Emiep, foca fruticultura e olericultura. O curso tem duração de quatro anos, curso médio, e o aluno sai formado como se fosse um técnico agrícola mais especializado em fruticultura e olericultura.

Os objetivos do nosso programa são os seguintes: desenvolver a fruticultura de clima temperado no município (este era o objetivo inicial); criar alternativa de renda para a pequena propriedade... Como já citado aqui pelo Sirineu, hoje o agricultor, através da fruticultura, tem uma renda mensal, com a sua safra, em torno de R\$ 1.000,00 a R\$ 1.100,00, uma renda melhor do que em qualquer emprego na cidade.

Temos casos aqui de filhos de agricultores que trabalhavam em São Bento do Sul, em Rio Negrinho ou em Jaraguá ganhando um pouco mais do que um salário mínimo que retornaram ao município, com o seu pomar implantado, tendo uma renda melhor, uma qualidade de vida melhor no campo, como o próprio Sirineu citou.

A gente sempre costuma dizer aos nossos jovens: se você tem condições de morar no interior tendo todo o conforto que tem na cidade, não há necessidade de sair. É esta a alternativa que estamos tentando dar aos filhos dos agricultores. Uns estão voltando e outros os pais estão plantando pomares para que fiquem trabalhando na propriedade.

Fixar o agricultor no campo - vem ao encontro do que já falei.

Geração de emprego e renda. A fruticultura é, dentre as atividades agrícolas, a que mais gera emprego, isso é conhecido. Nós temos o exemplo de um hectare de maçã (usamos sempre os dados da maçã, que trabalhamos mais no dia-a-dia, até pelo fato de a cultura ter maior plantio), que necessita de 290 dias/homem de mão-de-obra.

Então, existem momentos no pomar em que o agricultor sozinho não consegue fazer o trabalho, que tem que ser feito rápido, aí tem que contratar mão-de-obra de fora, o que gera emprego e renda também para as pessoas da cidade, que vêm para o campo para trabalhar no pomar.

Criar uma nova alternativa econômica para o município. De acordo com os dados que temos, a nossa cooperativa, dentro de dois ou três anos, no máximo, vai movimentar em Monte de Castelo algo em torno de R\$ 5 milhões, o que, dentro de um município como Monte Castelo, representa mais ou menos mais uma prefeitura funcionando, o que é muito, para Monte Castelo é bastante. Essa geração de alternativa para o município, também para outros municípios, é a mesma coisa. É isso que se busca, e aí se trabalha posto de gasolina, comércio, transporte e tudo mais, gira tudo junto.

Temos uma informação do nosso ex-gerente do Banco do Brasil, que hoje está aposentado, que iniciou o DRS, de que R\$ 1,00 investido na agricultura gira sete vezes até que pare de girar, vamos dizer assim. Então, R\$ 5 milhões, de acordo com os dados dele, seriam R\$ 35 milhões girando dentro da economia, o que é algo muito significativo.

Produção integrada de frutas. Nós temos que partir para colocar nessa nossa fruta um selo da produção integrada. O que significa isso? Trabalhar com menos agrotóxico, trabalhar o pomar de maneira mais sustentável, vamos dizer assim. Para nós, isso facilitará a exportação no futuro. Hoje não se exporta uma caixa de frutas se ela não estiver dentro do Sistema de Produção Integrada, que é um programa do Ministério da Agricultura, que é quem vai dar esse carimbo, esse selo para que essa fruta possa ser exportada. A Europa, os Estados Unidos e o Japão só compram frutas que estejam dentro do Sistema de Produção Integrada.

Mas temos um sonho mais para a frente que temos certeza de que vai se realizar: a produção da fruticultura orgânica. O grupo técnico que trabalha a fruticultura aqui no planalto norte está trabalhando para isso, está buscando alternativas, está buscando informações e conhecimento para que tenhamos a produção orgânica de frutas na nossa região.

O nosso sonho é transformar o planalto norte num pólo de produção de frutas orgânicas. Esse é o grande objetivo um pouco mais para a frente, mas vamos chegar lá, com certeza, e aí trabalhar também a exportação dessa fruta orgânica, que tem um valor agregado muito grande lá fora. Aí, sim, vamos estar realizados.

Temos aqui um comparativo entre as culturas, a produtividade do fumo, do milho, do feijão, da soja e da maçã - esses dados são todos da Epagri e do Banco do Brasil.

Olhando para esta coluna aqui, vemos que a renda líquida de um hectare de fumo é de R\$ 3.850,00; de um hectare de milho é de R\$ 1.952,00; de um hectare de feijão, que hoje está R\$ 120,00 a saca e no ano passado estava R\$ 30,00, é de R\$ 2.791,00; da soja é de R\$ 1.114,00; e da maçã é de R\$ 13.600,00.

Por aí vemos que focando o pequeno agricultor podemos dar a ele condições de uma vida digna dentro de um ou dois hectares cultivados.

Então, fizemos aqui também uma equivalência: um hectare de maçã significa plantar 12 hectares de soja para ter a mesma renda e cinco hectares de feijão, sete de milho e três e meio de fumo.

Em termos de salário mensal, nós pegamos esses valores aqui e dividimos por doze: R\$ 1.133,00 na maçã, R\$ 92,00 na soja, R\$ 232,00 no feijão, R\$ 162,00 no milho e R\$ 321,00 no fumo.

Vejam que nessas outras atividades um hectare não fornece um salário mínimo por mês para o pequeno agricultor. Por isso, temos que buscar alternativas de alta densidade econômica, e a fruticultura é uma delas.

As culturas-alvo do nosso programa de fruticultura são a maçã, o caqui, o kiwi, a uva, o pêssego, a ameixa, a nectarina, a pêra e as pequenas frutas, que seriam o mirtilo, a amora-preta, a framboesa e o morango. Aqui no planalto norte temos condições de trabalhar todas essas culturas.

Nós temos uma coleção muito boa de todas essas culturas na Embrapa de Canoinhas, com variedades adaptadas aqui para a região. Quem tiver oportunidade, vale a pena visitar, é uma grande vitrine a respeito da fruticultura.

Outra coisa também que temos a oportunidade e a vontade de trabalhar são as frutas cítricas da região baixa de Itaiópolis, Papanduva e Santa Terezinha. Ali já existe há muitos anos produção de laranja, de tangerina e de limão, e eles buscam maneiras de melhorar a sua comercialização. A nossa cooperativa gostaria de trabalhar com eles também para termos atividades no período do inverno.

Como está sendo feita e preconizada a organização dos produtores? Nós temos organizado os produtores em grupos para que trabalhem a necessidade de máquinas, para que vizinhos de uma mesma comunidade comprem o seu pulverizador, a sua roçadeira, o seu equipamento de trabalho em grupo. Como já disse, eles iniciam com os equipamentos da prefeitura e depois vão adquirindo os seus.

Aquisição de insumos. Pela cooperativa Pomaris, já pelo terceiro ano, adquirimos insumos para a condução dos pomares. Temos conseguido em torno de 40% de desconto, vamos dizer assim, na compra conjunta. Como compramos grandes quantidades, conseguimos melhorar preços.

A comercialização também já é feita através da cooperativa há três anos, reunindo a produção de todos os seus associados.

Programa de fruticultura do planalto norte.

Vamos ver o que temos no planalto norte em termos de plantio de frutas: maçã, temos 167 produtores, com 289 hectares de área e uma previsão de produção para os próximos quatro anos de 11.600 toneladas; caqui, temos 50 produtores, com 90 hectares de área e uma previsão de produção para os próximos quatro anos de 3.600 toneladas; pêra (isso é mais no município de Itaiópolis, mas já está acontecendo em outros municípios), temos 19 produtores, com 91 hectares de área e uma previsão de produção para os próximos quatro anos de 2.300 toneladas; uva, temos 16 produtores, com 15 hectares de área e uma previsão de produção para os próximos quatro anos de 300 toneladas; ameixa, temos 14 produtores, com 35 hectares de área e uma previsão de produção para os próximos quatro anos de 700 toneladas; pêssego, temos 10 produtores, com 10 hectares de área e uma previsão de produção para os próximos quatro anos de 200 toneladas.

Juntando todas essas frutas, temos hoje no planalto norte 276 fruticultores com 530,5 hectares de área e uma estimativa de produção para os próximos quatro anos de 18.700 toneladas.

Não vou dizer toda a fruticultura, porque uma parte já está associada à cooperativa, mas grande parte está dispersa. Então, o objetivo é trazer esse pessoal para a cooperativa para fazer essa comercialização em conjunto.

Em 2005 surgiu a Cooperativa dos Fruticultores do Planalto Norte Catarinense - gostaria que o Piroli, o Lucinei, o Barth e o Gilberto se apresentassem.

O SR. RUDIMAR PIROLI - Sou natural de Itaiópolis, agricultor e no momento presidente da Pomaris.

O SR. ADEMAR BARTH - Sou natural do Rio Grande do Sul, agricultor e tesoureiro da Pomaris.

O SR. LUCINEI GUTH - Sou natural de Mafra, agricultor, fruticultor, e faço parte do conselho fiscal. (*Palmas.*)

O SR. JÂNIO SECCON - Muito obrigado.

Nós temos uma área de abrangência da cooperativa que envolve as Secretarias Regionais do planalto norte e os municípios de Porto União, Irineópolis, Bela Vista do Toldo, Três Barras, Canoinhas, Major Vieira, Papanduva, Monte Castelo, Itaiópolis, Mafra, Campo Alegre, Rio Negrinho e São Bento do Sul - também incluímos aqui Santa Terezinha, que não faz parte do planalto norte, mas que está iniciando o plantio de frutas e desde o início manifestou interesse. Então, eles estão fazendo parte da área de abrangência da cooperativa e este ano iniciamos os primeiros plantios.

Temos hoje a sede aqui em Monte Castelo com 126 sócios. Como já foi dito pelo Geraldo, 95% são abrangidos pelo Pronaf. A capacidade de armazenagem que queremos colocar é de 1.372 toneladas, que são quatro câmaras frias e uma máquina com capacidade de classificação de 90 toneladas por turno. Tudo isso já está no projeto e temos o apoio das duas Secretarias para a busca desses recursos.

Um pouco da comercialização deste ano: tivemos uma produção total na cooperativa de 2.058 toneladas e comercializamos 1.663 toneladas a um preço médio de R\$ 1,008 por quilo - tipo o preço de gasolina. Este preço aqui é a fruta classificada e embalada e o valor da produção comercializada foi de R\$ 1.676.707,20.

Os custos que tivemos com isso: só de classificação, pagamos para a Fraiburgo, para a empresa Pomifrai, R\$ 219.391,00; de frete, gastamos daqui até Fraiburgo R\$ 75 mil; pagamos uma comissão de venda de 5% de R\$ 83.938,00; também tivemos outros custos, como embalagem, bandeja, plástico-bolha, Furrural e capitalização da cooperativa, no valor de R\$ 284 mil, quase R\$ 285 mil. O total dos nossos custos foi de R\$ 663 mil.

Mas é isto aqui (*aponta para o gráfico de custos*) que queremos trabalhar para que esses valores fiquem na região. Estamos exportando valores lá para a região, tradicional produtora de frutas, que é uma região rica. R\$ 219 mil, R\$ 75 mil e R\$ 83 mil, totalizando R\$ 377 mil que poderíamos ter economizado, não digo a totalidade dos valores, porque teremos custos aqui também, mas podemos recuperar, acredito, metade desses valores se trabalharmos aqui, além de gerar emprego, gerar circulação de renda na nossa região.

Este é o barracão da cooperativa, que tem uma área de 2.360 metros quadrados. Aqui dentro queremos colocar as câmaras frias, a máquina classificadora, as balanças e tudo o que faz parte de uma unidade dessas.

Este é o terreno, que tem 30 mil metros quadrados, fica aqui do outro lado da BR, no centro da cidade, uma localização privilegiada.

Era isso que queríamos colocar em termos de máquina. É uma máquina maior do que esta (*aponta para a imagem*), para que a fruta já saia classificada.

Esta é a nossa fruta sendo classificada em Fraiburgo. É a nossa maçã.

Aqui, é como ela vem sendo comercializada há três anos, embalada e classificada com a marca Pomaris.

Falando em recursos, temos um projeto que está no Ministério da Agricultura e no governo do Estado. Estamos há três anos batalhando esse projeto, que era de R\$ 2,5 milhões e hoje, atualizando os valores, está em R\$ 2.889.000.

Equipamentos de material permanente: câmara fria e máquina classificadora, quase R\$ 2.3 milhões. Então, isso é o nosso grande gargalo hoje para fazer toda essa produção trabalhar aqui e sair daqui, movimentando a economia do município e região.

Seria isso o que tínhamos para apresentar. Ficamos à disposição para algum questionamento.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Antônio Aguiar) - Está livre a palavra à plenária, por até três minutos para cada inscrito.

O SR. JURANDI TEODORO GUGEL - Aproveitando a oportunidade, quero parabenizá-lo, Jânio, pelo trabalho que vocês têm feito e pelas palestras apresentadas.

Uma informação complementar: na minha manifestação anterior falei que esta região é prioritária para buscarmos e apoiarmos experiências como essas.

Gostaria de colocar também que estamos com a Universidade Federal, através de uma emenda da senadora Ideli Salvatti, ampliando o laboratório de cultura de tecidos para viabilizar a produção de mudas livres de bactérias e de vírus que são importantes na aquisição da fruticultura.

Então, é um recurso que já está sendo viabilizado e vai ser uma estrutura para servir de apoio para dar esse *status* sanitário de qualidade que está colocado aqui para vocês. É mais um esforço para montar estruturas que vão dar condições importantes para vocês aqui.

No entanto Jânio, sei que a situação requer apoio público - dar essa base para o agricultor e não ter que depender recurso dele para investir em uma estrutura da cooperativa - mas eu queria colocar para ser avaliado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Antônio Aguiar) - Continua livre a palavra. Gostaria que dissessem o nome e a localidade a que pertencem.

O SR. JOSÉ EVILÁSIO JUNKES - Meu nome é José Evilásio Junkes e estou representando a gerência da Cidasc de Mafra. Eu só gostaria de dar uma parzinho da Cidasc aqui. Eu sou da parte de Agronomia.

A Cidasc ajuda a proteger as Pomaris através de fiscalização. A nossa fiscalização é feita em barreiras para que não entrem doenças, faz o acompanhamento, também faz o monitoramento da maçã para evitar doenças, principalmente a *cydia pomonella*. Também fazemos a garantia de muitas dessas... de transporte de maçã e de laranja também, não só de maçã.

Era isso o que eu queria dizer de parte da Cidasc, para não passarmos despercebidos. (Ri.)

Foi um prazer estar aqui com vocês, tenham uma boa-tarde.

O SR. PRESIDENTE (deputado Antônio Aguiar) - Continua livre a palavra.

O SR. FÁBIO PEREIRA - Deputado, eu vou falar um pouquinho em nome do banco, porque o Jurandi me citou, né, Jurandi, e agora eu sou obrigado a falar. (Ri.) Pessoal, sou da superintendência do Banco do Brasil, vim aqui para acompanhar esta audiência a convite dos deputados Aguiar e Moacir Sopelsa e só quero lembrar e reforçar um pouquinho o que o Jurandi colocou aqui.

Eu levantei as informações em relação à quantidade de operações de produtores de maçã que o Banco faz hoje. Nós fizemos 1.700 operações de custeio para produtores de maçã no Estado de Santa Catarina.

Em Monte Castelo, não passam de vinte operações. É um número pfio, muito pequeno, para uma característica e uma vocação tão forte que o município tem e uma quantidade tão pequena de produtores financiados. Só a cooperativa já tem 109 produtores, é isso...?

(Orador não identificado manifesta-se fora do microfone: "Cento e vinte e seis.")

Há 126 associados; são 180 produtores, aproximadamente, já produzindo aqui na região.

Então, eu reforço esta colocação: primeiro, da condição de crédito, através do Pronaf, para esses produtores, individualmente - seja para custeio, seja para investimento. E reforço a questão que o Jurandi colocou do Pronaf Agroindústria, que, se não é a forma ideal de atendimento de 100% do que se precisa para fazer com que essa cooperativa trabalhe com sua própria estrutura, diferentemente do que acontece hoje, em parte disso o Pronaf Agroindústria cai exatamente dentro daquilo que a associação está precisando.

A gente viu aqui que a associação já tem produção, já está organizada, já tem marca própria, já tem diretoria constituída, já tem produção, e o que está faltando é a estrutura. Se é a estrutura que está faltando, pegar R\$ 2,8 milhões, isso no Pronaf Agroindústria, Jurandi, dá R\$ 450 mil por ano para a cooperativa. Se a gente for dividir isso por mês, dá R\$ 40 mil por mês de compromisso. Contrapondo isso ao valor que a gente pode ver, do que se paga de prestação de serviço nessa terceirização de classificação, embalagem e comercialização, essa conta fica positiva com muita facilidade. A condição para isso é que a associação tenha a DAP empresarial. E para que tenha condições de ter a DAP empresarial ela precisa que no mínimo 90% dos seus produtores, dos seus associados, sejam do público do Pronaf. Aqui a gente já viu que 95% dos produtores são vinculados ao Pronaf.

Então está aí uma excelente oportunidade! Eu acho que a parte mais difícil é Monte Castelo, e a associação já fez. Normalmente, Jurandi, a gente encontra a situação inversa, né: a estrutura está pronta, os produtores estão lá, mas ninguém produz, ninguém tem marca, ninguém tem inspeção sanitária ou coisa que valha. E aqui está justamente uma situação totalmente diferente: vocês já têm tudo organizado, o que está faltando é a estrutura. E para a estrutura, gente, hoje existe crédito com recursos do Pronaf ao custo de 2% ao ano e que atende exatamente a essa finalidade.

Existe uma preocupação muito grande do MDA (o Jurandi já me confidenciou isso) de que o recurso do Pronaf Agroindústria seja efetivamente aplicado para beneficiar o produtor do Pronaf e não que ele sirva de trampolim para que uma agroindústria ou uma cooperativa alavanque os seus negócios enquanto o produtor rural continue na mesma situação. No caso de vocês utilizarem o recurso do Pronaf Agroindústria hoje traz um benefício direto para o produtor, para o pequeno produtor, Jurandi.

Já conversei com o Marcos, que é o nosso gerente recém chegado... Levante-se, Marcos, quem sabe você não foi apresentado ainda. (O senhor Marcos se levanta.)

O Marcos está há um mês conosco (veio de Videira) e já conhece um pouco dessa atividade. Eu acho que a gente deve trabalhar nessa hipótese, mesmo porque a gente tem que ser um pouco realista: o governo federal e também o governo estadual não têm como resolver e abraçar todos os projetos e todas iniciativas que estão por aí. Então a gente tem que ser realista e chegar à conclusão de que ele não vai conseguir alavancar R\$ 2,8 milhões para fazer isso funcionar, mas sim coloca excelentes oportunidades de recursos subsidiados para que isso aconteça na prática. Nós do Banco estamos totalmente à disposição, coloco eu e também o Marcos, com a diretoria da associação, com a regional da Epagri, com a SDR, com todas as entidades envolvidas para a gente trabalhar isso em conjunto e achar uma solução rápida.

Eu conversava com o Marcos e colocava isto para ele: o valor da infra-estrutura é muito grande, não é, deputado? Dois milhões e trezentos mil reais é bastante dinheiro, mas acho que com esses R\$ 2,3 milhões a gente constrói quase uma Ferrari. Quem sabe uma segunda hipótese seja a gente começar com um Fusca ou com um Gol, com valores um pouco mais modestos, uma estrutura um pouco mais

modesta, mas que dê condições desse trabalho se iniciar e a gente começar a reverter esse jogo. Capacidade de pagamento e produtividade a gente já viu que a associação tem; a gente só precisa se organizar e a gente está bem próximo disso.

Coloco o Banco do Brasil à disposição da associação, principalmente, da Epagri, pelo excelente trabalho. Jânio, que está à frente desse projeto, parabéns. O seu nome a gente já conhecia de citações que o Rambo já fazia na época, que o Marcos já nos fez, desse excelente trabalho de liderança que a Epagri, que a SDR faz aqui em Monte Castelo e região. Estamos à disposição.

Obrigado, deputado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Antônio Aguiar) - Obrigado, Fábio Pereira.

Mais alguém deseja falar?

O SR. ERVINO TYSZKA - Meu nome é Ervino Tyszka e sou secretário da Agricultura de Itaiópolis.

Realmente, estão de parabéns todos os organizadores deste evento, desta audiência. Eu acho que ela deve dar muito resultado e até abranger toda essa nossa região. Por exemplo, a nossa região, em que temos a parte mais baixa também, que é outra fruta, isso vai somar, realmente, para a cooperativa.

Mas também o que me interessa é que foi falado dos R\$ 100 mil para Itaiópolis. Eu gostaria de saber como é feita essa maneira, como vai ser repassado isso. Acho importante a gente divulgar isso no nosso município.

Realmente, o evento foi de grande valia. Fica o meu muito-obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (deputado Antônio Aguiar) - Essa é uma emenda do governo federal (Carlito Meress) e deve estar depositado já na Prefeitura de Itaiópolis.

Continua livre a palavra.

O SR. PEDRO PERITO CARDOSO - Sou ex-funcionário da Epagri.

Respondendo a pergunta do Fábio, superintendente do Banco do Brasil, hoje, dos produtores, desses 126 associados da Pomaris, aquela comercialização feita foram somente 47 produtores que movimentaram aquele 1,6 milhões ou que produziram aquelas 2 mil toneladas. Quer dizer, a grande maioria dos pomares ainda não está em produção, são pomares novos. No momento que entrarem em produção, claro que o pessoal vai atrás de custeio. Até porque esses pomares novos, quando financiados, o primeiro e o segundo anos de custeio já são contemplados como investimento. Por isso que ainda existe pouca gente indo atrás de custeio.

Outro ponto que eu gostaria de falar é que há mais ou menos três anos, quatro anos, eu participei do projeto Meu Lugar, e, na época, quem estava coordenando lá era o Miltinho. Eu disse para ele: Miltinho, esse projeto será que não é mais um projeto que vai ficar lá na gaveta? Nós estamos reunindo lideranças de todos os municípios, e não vai ficar na gaveta? Ele disse: "Não, isso não vai acontecer, Pedrão, até porque essa descentralização do governo é para que as coisas aconteçam, para que realmente as comunidades, as lideranças elejam as prioridades, para nós... o pouco que nós investirmos, mas pelo menos se invista direcionado ao anseio da região."

Então, eu queria pedir para o Schroeder que pensasse, pois esse projeto realmente está na gaveta. Está há dois anos na gaveta. Hoje, a pessoa responsável é o presidente da Epagri, ele, realmente, está assumindo agora, mas o projeto se encontra na gaveta. Eu gostaria que vocês dessem uma olhada com carinho para a nossa região.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Antônio Aguiar) - Mais alguém? (Pausa.)

Vamos encerrar a nossa audiência pública agradecendo a todos que aqui estiveram: o nosso secretário regional Abel Schroeder, as autoridades do setor financeiro, que aqui tão bem representaram e mostraram a maneira, como buscar investimento.

Quero dizer a vocês que nós estamos preocupados, sim, com o planalto, com a fruticultura. É ela que vai substituir, no futuro, o fumo e outros segmentos agrícolas que hoje não estão em funcionamento. Nós sabemos, sim, que hoje o sustento do planalto norte é o fumo, sim! Nós temos essa realidade.

Mas queremos agradecer o Seccen pela maneira como ele está conduzindo a maçã Gala, principalmente de Monte Castelo: parabenizá-lo pelo seu trabalho; e dizer que nós vamos, sim, ajudar Monte Castelo a crescer, ajudar o planalto norte a crescer e os outros municípios também.

Vamos fazer disso aqui, realmente, um grande canteiro de obras para que nossos filhos tenham orgulho de nós pelo nosso trabalho e por aquilo que nós vamos fazer à frente.

O nosso muito obrigado. (Palmas.)

Declaro encerrada a presente sessão pública.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR
PRESIDENTE

*** X X X ***

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO PARA DISCUTIR SOBRE O PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM SANTA CATARINA, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2008, ÀS 9H, NO AUDITÓRIO DA ALESC

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Em nome da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Assembléia Legislativa, desejamos as boas-vindas a todos.

Para compor a mesa dos trabalhos, convidamos as seguintes autoridades: o deputado Padre Pedro Baldissera, autor do requerimento propondo esta audiência pública na bancada do Partido dos Trabalhadores e na Comissão de Educação; o deputado Dirceu Dresch, da bancada do Partido dos Trabalhadores; a professora Rogéria Diegolini, diretora de Apoio ao Estudante, neste ato representando o senhor Paulo Bauer, secretário de Estado da Educação; o professor Antônio Valmor de Campos, vice-coordenador estadual do Sinte/SC; Rui da Luz, do Consea nacional; e o senhor Alexandre Bergamin, coordenador estadual da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - Fetraf. (Palmas.)

Queremos também registrar a presença das seguintes pessoas: Ione Ramos, representando a Associação de Mulheres Aquicultoras e Ambientalistas da Ilha; Danilo Ledra coordenador estadual do Sinte; vereador Marcos da Silva Creminácio, presidente da Comissão de Educação e representando a Câmara de Vereadores de Caçador; Ivani Brunetto, representando o Sinte regional de Xanxerê; Aurélio dos Santos Souza, representando o Sinte de Caçador; Emilio Kleber Gottchalk, presidente da Cooperativa Aquícola da Ilha de Santa Catarina; vereador Sérgio Brunetto, representando a Câmara de Vereadores de Xanxerê; e Glaico José Sell, presidente da Federação das Associações de Apicultores de Santa Catarina (Faasc), secretário de Agricultura de Paulo Lopes e produtor agroecológico.

Por sensibilidade dos deputados Dirceu Dresch e Padre Pedro, pois que normalmente numa audiência pública os parlamentares é que inicialmente têm a palavra - e agradeço a deferência dos dois deputados -, passaremos primeiramente a palavra aos próprios protagonistas dessa luta, dessa mobilização, que são os representantes do Sinte/SC, através do professor Antônio Valmor de Campos, e da agricultura familiar, pela Fetraf, através do senhor Alexandre Bergamin.

Assim sendo, com a palavra o professor Antônio Valmor de Campos, vice-coordenador estadual do Sinte, por até dez minutos.

O SR. ANTÔNIO VALMOR DE CAMPOS - Quero cumprimentar todos e todas; os deputados e as demais autoridades; o nosso coordenador estadual do Sinte Danilo Ledra, e em seu nome todos os coordenadores representantes do nosso Sindicato; as entidades dos mais diversos segmentos sociais que aqui se fazem presentes; a Fetraf; os movimentos sociais, a Via Campesina, enfim, todos que acolheram a nossa chamada e estão aqui para esta discussão.

Queremos dizer inicialmente aos deputados e à representante do governo do Estado que não pretendemos transformar o debate da terceirização da merenda escolar e da demissão das merendeiras numa mera discussão política e ideológica. Queremos discutir a terceirização da merenda escolar como um projeto que vem modificar substancialmente a estrutura do governo do Estado na prestação dos serviços públicos, principalmente relacionado à educação pública de Santa Catarina.

Esse debate para nós tem um cunho de relevância social muito grande, seja pelo aspecto da educação pública de Santa Catarina, do papel que desempenham as merendeiras nas escolas, seja pelo compromisso que temos aqui na defesa dessas profissionais - no caso da merenda escolar todas são mulheres. E sobre isso vou relatar rapidamente o nosso posicionamento.

Nós entendemos, como entidade sindical, que os serviços públicos devem ser mantidos pelo Estado com qualidade e que qualquer processo de terceirização representa uma privatização, porque transfere a responsabilidade daquilo que é público para a iniciativa privada. Com isso criamos dentro da escola pública um espaço de domínio não-público, acarretando diversos elementos que modificam a estrutura de funcionamento da escola, entre eles a própria relação que nós estabelecemos nas unidades escolares dos alunos com as merendeiras.

Quero dizer aqui aos deputados, com toda sinceridade e respeito às autoridades - e a plenária já sabe disso -, que quem quer fazer terceirização, privatização da merenda escolar é porque não precisa e provavelmente não gosta da escola pública. Quem gosta da escola pública, quem respeita a escola pública e sabe do compromisso das merendeiras, o compromisso dos educadores, com certeza defende um serviço público de qualidade, universal e que realmente contemple os interesses da escola.

Nós também entendemos que a terceirização, a privatização da merenda escolar não ataca apenas as merendeiras ou apenas a escola pública, mas diversos pontos que se referem à relação da merenda escolar com a educação pública de Santa Catarina. Uma delas é quanto à qualidade da merenda escolar.

Eu tenho dito por aí, em muitas escolas pelas quais tenho passado, que nós, que somos jovens há mais tempo e nos alimentávamos da merenda escolar quando estávamos nos bancos escolares, nos alimentávamos ou não em função da falta de qualidade ou dos produtos industrializados. Hoje nós temos municípios, nos quais participo de diversos debates sobre a terceirização, com merenda da melhor qualidade, com produtos naturais, orgânicos, como iogurte, mel, hortigranjeiros, açúcar de cana, enfim, com produtos que essa faixa de estudantes que se alimenta da merenda escolar às vezes não tem na sua própria casa. Então isso é importante.

Por sua vez as merendeiras, que preparam esse alimento em inúmeros municípios deste Estado, têm feito cursos para fazer o alimento cada vez melhor e com mais qualidade.

Então, terceirizar a merenda escolar é desconstruir esse processo, é desconsiderar todo esse processo e jogar para a industrialização de forma indiscriminada, sem uma preocupação efetiva com a qualidade nutricional e com a qualidade geral a merenda escolar.

Outro fato que queremos registrar com muita ênfase nesta audiência pública, senhores deputados, é com referência às merendeiras, e vou citar a responsabilidade do governo do Estado com esse segmento.

É preciso lembrar que há mais de vinte anos o governo do Estado não tem feito concurso público para a contratação de serventes e merendeiras, a fim de que possam cumprir as tarefas do Estado. Com isso, jogou a responsabilidade para as unidades escolares através da APP. Desde então, o nosso Sindicato, o Sinte, tem se empenhado em exigir do governo uma resolução do problema.

Nós temos a compreensão e temos a clareza de que esse processo não é legal e que precisa ser modificado. Agora, é preciso também que a gente diga que quem criou o problema foi o governo do Estado, e por diversos momentos propusemos ao governo do Estado, durante todos esses anos, inúmeras formas de resolvermos a situação. Muitos Estados e municípios brasileiros já resolveram fazendo concurso público com prova técnica, criando alternativas para resolver a situação. Mas aqui em Santa Catarina, infelizmente, não temos tido respaldo nessa resolução dos problemas. E a cada ano, senhores deputados, nossas serventes e merendeiras de Santa Catarina vivem o drama por não saber se no dia seguinte estarão trabalhando na escola ou demitidas.

O pior é que o governo não chega a dizer isso com transparência, é sempre jogado de forma obscura, de forma que todos os 5.200 profissionais dessa área ficam nessa instabilidade, nessa insegurança - e grande parte delas está num processo muito próximo da aposentadoria. Talvez se o governo do Estado estivesse com as suas secretarias regionais - que ele diz descentralizar - mais próximas das escolas, ele poderia sentir isso que estou tentando transmitir para vocês e que, certamente, elas transmitirão com muito mais ênfase.

Como já falei, propusemos algumas alternativas, como diversos Estados já fizeram, e dentre elas a instituição de concurso público com prova técnica, e que não haja a demissão das atuais; que elas possam permanecer trabalhando, até porque grande parte está com mais de vinte anos de trabalho e muito próximo da aposentadoria. Então, se o governo do Estado tiver vontade política, poderá resolver a situação, com certeza.

Outra questão que quero comentar é a pedagógica. Nós, educadores, sabemos que muitos problemas dos nossos alunos não chegam até nós. Quem resolve são as serventes e merendeiras da escola, principalmente a merendeira. Às vezes, quando o aluno está indisposto, não é uma doença necessariamente, ele vai tomar um chazinho, conversar com alguém, mas não chega até o diretor da escola, não chega até o professor; a menina, às vezes, num momento em que está com alguma necessidade fisiológica, não vai procurar o diretor, o professor, a professora, ela vai procurar a servente ou a merendeira.

E o processo de privatização já existe, nós já conhecemos. A pessoa que está lá representa a empresa, não representa o educacional da escola, ela vai pensar é no lucro que a empresa vai ter que gerar.

Também nos preocupamos com o custo da merenda escolar. Tem estimativas de que o custo vai duplicar e, com isso, é mais dinheiro público que é repassado para a iniciativa privada. Enquanto nós continuamos com o miserável piso estadual de R\$ 509,00, deputados, o governo do Estado se dá ao luxo de propor o aumento da merenda escolar, no mínimo, para o dobro do que se gasta hoje.

Nós entendemos que em muitos lugares é preciso melhorar a qualidade da merenda escolar. Agora, não se melhora a qualidade da merenda escolar tomando atitudes como a que o governo pretende tomar, até porque um governo que fala em descentralização vai promover a maior centralização que se viu neste Estado retirando a possibilidade de os municípios adquirirem os alimentos dos pequenos comerciantes locais, retirando a possibilidade de os agricultores venderem seus produtos através do PAA. Então, é uma centralização ferrenha que o governo do Estado propõe nesse processo.

Ao contrário do seu discurso, dos milhões que gasta para manter a secretaria regional ou as secretarias regionais, ele concentra aqui em Santa Catarina, através da privatização da merenda escolar, todo o processo de alimentação, o que vai, com certeza, afetar os pequenos municípios.

Concluindo minha fala, quero fazer uma referência aqui ao processo de desestruturação que isso vai provocar nos pequenos municípios - provavelmente depois alguém vai se manifestar sobre os diversos programas de aquisição de alimento dos agricultores, que garante renda, que garante preço, que garante comercialização dos produtos dos pequenos agricultores da agricultura familiar de Santa Catarina. Com o processo de terceirização, no mínimo, o governo do Estado vai impor um entrave a esse processo de democratização dos recursos públicos, e, diga-se de passagem, grande parte desses recursos públicos tem origem federal e vai direto para o município, e mais: vai direto para o agricultor.

Inclusive, nós temos o Projeto de Lei 2.877, que está propondo estender a merenda escolar para os alunos do ensino médio, beneficiando mais de 230 mil alunos aqui em Santa Catarina. Com o processo da terceirização, o governo do Estado está na contramão de tudo aquilo que o Programa Nacional da Alimentação Escolar está propondo para o Brasil e para Santa Catarina.

O que nós esperamos, senhoras e senhores deputados, é que esta audiência pública sirva para chamar a atenção do governo sobre a barbárie do ponto de vista da educação pública, da estrutura dos pequenos municípios de Santa Catarina e do respeito à relação da escola pública em Santa Catarina que se estabelece hoje com os municípios, com os pequenos agricultores e com a base do desenvolvimento social de cada município deste Estado.

Quero ter certeza de que esta Casa vai se empenhar no sentido de reverter esse processo. Que o governo do Estado, antes de tomar uma medida dessa natureza, tenha, no mínimo, a sensibilidade de fazer com que isso possa ser discutido amplamente.

Através da senadora Ideli, quero fazer um apelo: que este debate não fique só em Santa Catarina, que seja levado também ao Congresso Nacional, ao Senado, porque nós entendemos que é muito grande o ataque ao direito das merendeiras, ao direito dos agricultores e ao direito dos pequenos municípios de Santa Catarina de se desenvolverem com equidade e respeito.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Obrigado, Antônio.

Gostaria de convidar para fazer parte da mesa a nossa colega educadora, representante de Santa Catarina no Congresso Nacional, a senadora Ideli Salvatti.

Como combinado, passamos a palavra ao senhor Alexandre Bergamin, coordenador estadual da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar.

O SR. ALEXANDRE BERGAMIN - Bom-dia a todos e a todas.

Gostaria de cumprimentar o deputado Pedro Uczai, que está coordenando esta audiência; o deputado Padre Pedro; o deputado Dirceu Dresch; a senadora Ideli Salvatti; o Antônio, que representa aqui o Sinte, o Sindicato dos Professores; e a representante da Secretaria de Estado da Educação.

É muito pertinente para nós, da agricultura familiar, esse debate; é muito triste para quem está produzindo alimentos ver uma barbaridade dessas acontecer, ver o Estado deixar de fazer o seu papel de fortalecer, de criar políticas públicas para fortalecer o desenvolvimento da agricultura familiar e pensar numa política de terceirização da merenda escolar.

Já vimos essa cena na cidade da Chapecó no ano passado, onde se deixou de adquirir produtos da agricultura. As organizações, as cooperativas, as associações de agricultores estavam fornecendo alimentação para o município, que passou a adquirir, por exemplo, o leite vindo da Argentina, terceirizou para uma empresa de São Paulo, deixando de aplicar na agricultura em torno de R\$ 6 milhões.

Para nós, esse debate vem ao contrário do que se faz na política nacional da agricultura. Ao invés de adquirir produtos dos agricultores, fortalecendo a agricultura familiar, investindo esse recurso no Estado, este governo está mandando recursos para fora.

Em nível nacional, temos conseguido várias políticas de incentivo para a agricultura familiar, como a lógica do Programa de Aquisição de Alimentos, o aumento de recursos que vêm para a educação.

No ano passado, foram investidos em torno de R\$ 20 milhões no Programa de Aquisição de Alimentos, sendo que nós entregamos a produção para as escolas, para os hospitais, para as creches, mas agora a gente vê esse discurso de que o Estado está indo na contramão.

Então, é importante que o Estado crie políticas públicas que venham a incentivar a agricultura familiar, que venham a dar melhores condições para os trabalhadores que fazem a alimentação para as escolas.

Em Chapecó, praticamente foram demitidas todas as merendeiras. Foi feita a contratação de novas merendeiras, inclusive com valores bem abaixo, em condições precárias, o que gerou toda uma polêmica da má qualidade da produção do alimento, da má qualidade do produto servido para os alunos. Isso criou, em vários momentos, uma grande discussão em torno das nossas organizações: o que fazer para resolver essa situação.

Para nós, o Estado deveria criar uma política em que, no mínimo, 50% da alimentação escolar fosse adquirida dos agricultores familiares e suas organizações - no mínimo, 50%. Hoje, nós temos condições, já temos organizações que podem dar conta da entrega dos produtos. Já estamos organizados, já tem agricultores entregando produtos orgânicos para a merenda escolar, inclusive no programa do Estado.

Então, acho que tem que fortalecer. Nós já entregamos a pauta de reivindicação da Fetraf-Sul ao governador mostrando a necessidade de se fazer essa política para melhorar a qualidade dos produtos que vão para a escola, bem como para fortalecer a agricultura familiar, incentivar e dar condição ao agricultor de fazer a sua produção, inclusive para que possa ter uma renda melhor na propriedade.

No programa passado, o governo federal investiu R\$ 20 milhões - eu estava falando aqui com o deputado Padre Pedro, e se fala em torno de R\$ 15 milhões desses recursos, que é a merenda do Estado. Então, isso significa mais R\$ 7,5 milhões que seriam destinados à agricultura familiar.

Quero dizer também que apoiamos a luta do Sinte, que aqui está representado pelo nosso companheiro Antônio, pois é uma luta legítima, bem como fazemos a defesa das trabalhadoras que fazem a merenda para os alunos do Estado.

A Fetraf-Sul apóia essa luta, e pedimos aos deputados, à senadora, à representante da Secretaria de Educação que olhem com bons olhos, que pensem com carinho em toda essa situação que está colocada. Nós estamos dispostos a fazer essa luta juntos, a ajudar os nossos agricultores a poder entregar essa produção na escola para que os alunos possam consumir um produto com mais qualidade.

Então, o compromisso que cobramos do Estado é que pense nessas políticas de apoio, de incentivo para a agricultura familiar.

Agradecemos a oportunidade e estamos à disposição. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Obrigado, Alexandre.

Neste momento, passo a palavra à nossa querida colega educadora e senadora Ideli Salvatti, em função da sua agenda.

Senadora, muito nos honra contar com a sua presença nesta audiência pública aqui na Assembléia Legislativa.

Desde já, o Parlamento catarinense, que foi palco e espaço de tantas lutas suas como deputada estadual, agradece a sua presença. Com certeza, para nós, parlamentares, e para todos os protagonistas desta audiência pública é uma alegria enorme acolhê-la aqui, bem como ouvi-la sobre temas tão importantes como a merenda escolar e a educação pública em Santa Catarina.

A SRA. SENADORA IDELI SALVATTI (Florianópolis/SC) - Bom-dia a todos.

Eu queria cumprimentar os meus companheiros, os deputados Padre Pedro, Pedro Uczai e Dirceu Dresch; o Antônio, que está representando o nosso Sindicato dos Trabalhadores em Educação; a professora Rogéria, representando a Secretaria da Educação; o Alexandre Bergamin, da Fetraf-Sul, representando os agricultores familiares; e o Rui, representando o Conselho de Segurança Alimentar do nosso país.

Infelizmente, tenho outra atividade logo em seguida na Eletrosul, então, vou ficar pouco aqui com vocês, mas vai ficar a Miriam, que é conhecida de todos, participa há muito tempo do Sinte e agora trabalha conosco no gabinete exatamente na manutenção da nossa ligação no mandato com o setor da educação no nosso Estado.

Eu queria falar um pouco sobre serventes, merendeiras e vigias. Os vigias nós já perdemos! Serventes, merendeiras e vigias é uma briga histórica da nossa categoria! Talvez tenha gente aqui que tenha ajudado a bater panela na frente do Palácio. Provavelmente esse pessoal que ajudou a bater panela ainda é remanescente daquela nossa histórica briga pelos dois salários mínimos, não é isso? E nós temos ainda na categoria quem ganha dois salários mínimos. Depois eles foram reciclando, mas não é uma reciclagem para ficar melhor, é uma reciclagem para ficar pior, infelizmente, em termos salariais, em termos de qualidade de atendimento, em termos de articulação pedagógica dentro da escola.

Há poucos dias fui a Maravilha, naquele evento importante, não é, Antônio, e quero dizer o seguinte: você fica indignado ao chegar a uma escola e ser recebido por um vigilante da Casvig, porque a gente sabe o que moveu a gente deixar de ter vigias: foi para fazer negócio em cima da educação, porque não é mera coincidência os proprietários da Casvig serem nada mais nada menos do que a família Berger, que todos sabem que administram, ou já administraram e querem continuar administrando.

Nós brigamos, mas infelizmente na questão dos vigias nós perdemos. Agora, na questão das serventes e merendeiras, nós temos uma briga histórica e um aliado fundamental, porque além de estarmos defendendo a manutenção das serventes e merendeiras, isso pode até evoluir para concurso, gente. Desde a época em que eu era presidente do Sinte, nunca nos recusamos a discutir concurso desde que houvesse critérios no sentido de não substituir quem estivesse trabalhando há dez, quinze, vinte anos por alguém recém-chegado, desde que se tivesse algum tipo de critério no sentido de que o tempo de trabalho pudesse ter uma pontuação de forma a garantir que a ampla maioria dos ativos pudesse permanecer.

De início, o nosso aliado nesse momento é a representação dos agricultores familiares. De início, repito. Porque a merenda escolar em Santa Catarina movimentava hoje quase R\$ 70 milhões, isso só para a alimentação; portanto, se for aprovado o projeto do Padre Pedro (no mínimo 50%, se a gente puder), significa que os agricultores familiares, que já estão tendo um avanço significativo através do Programa de Aquisição de Alimentos, poderão, pelo decreto que o presidente Lula assinou recentemente, vender sem licitação. Antes a legislação não permitia isso, tudo tinha que ter licitação; agora o agricultor familiar pode vender diretamente, sem licitação.

Portanto, se somarmos as 1.500 serventes e merendeiras (acho que deve ser isso, pelo menos na minha época era em torno disso) aos agricultores familiares, nós já temos um volume de pessoas para poder fazer esse enfrentamento. Acho que a gente tem ainda outra tarefa muito importante: convencer a comunidade de que vão dar um golpe na qualidade da alimentação que vai ser fornecida às crianças. Porque ninguém consegue entender nem engolir aqueles produtos exóticos que aparecem, como aqueles pozinhos que viram caldo, a não ser pela ótica do negócio, que aquilo ali possa ser melhor que a verdura, o legume, o frango, o pão, o chimier, a *mousse*, o peixe produzidos pelos nossos agricultores, que estão ali do ladinho, nem transporte muitas vezes é preciso.

Tenho a convicção de que nós temos uma boa batalha. Talvez a gente tenha que voltar a bater muita panela para conseguir agregar os agricultores familiares e a sociedade. Porque a merenda escolar comprada na própria região faz com que a criança... Às vezes não é só o produto exótico; Santa Catarina é um Estado que tem uma diversidade cultural imensa, a alimentação de uma escola no interior da Ilha e a de uma escola em Xanxerê é totalmente diferente. Então, às vezes não é nem um produto exótico, é um produto que a família, pela cultura, está acostumada a comer, e aí a criança não quer comer outra coisa, quer comer aquilo a que está acostumada.

É por isso que nós temos o convencimento de que essa é uma boa luta, uma boa briga, não só para manter o emprego das nossas serventes e merendeiras (porque os vigias nós já perdemos, para que fossem realizados negócios), mas também para beneficiar esse segmento dos agricultores familiares, que, com a venda sem licitação dos produtos, vão ter uma parcela de aumento de renda.

A merenda é muito importante para os nossos agricultores familiares porque significa, muitas vezes, modificar e ter na sua propriedade... Porque é o seguinte: o agricultor familiar, muitas vezes, não planta mais a abóbora, o aipim, ele planta um pouquinho para comer, porque não tem para quem vender, e essa pequena produção da propriedade pode dar a ele o acréscimo de renda para que possa se manter mês a mês até ter uma produção substancial dentro da sua atividade.

Então, é muito importante também para a manutenção dos nossos agricultores familiares no campo eles terem renda mensal. Não foi à toa que o Ministro da Educação e o presidente Lula tiveram essa idéia de agregar essas duas políticas: ampliar os recursos para a merenda e ampliar a renda dos nossos agricultores familiares, casando as duas coisas. Por isso que eu acho que a gente tem uma boa perspectiva de vitória.

Vocês podem ter certeza absoluta de que vou fazer questão de levar esse assunto para o Congresso Nacional, até porque isso não acontece só em Santa Catarina, onde perdemos uma parte mas não perdemos toda a batalha, porque aqui vimos resistindo durante muitas décadas. E tenho certeza de que a nossa disposição e ânimo de enfrentar isso vai fazer com que outros Estados também tenham resistência a essas políticas de privatização, que, infelizmente, usam a educação para os tais negócios.

Temos ainda em andamento algo que nos reforça, que é a perspectiva da merenda para o ensino médio, cujo projeto já está em andamento para ser aprovado. Então, a merenda para a educação pré-escolar infantil, inclusive das creches, que antes não estava garantida, foi incluída. E as entidades não-governamentais, as entidades que atuam principalmente na educação infantil são nossas potenciais aliadas.

Portanto, acho que está em nossas mãos fazer um grande movimento. Entendo que esta audiência pública é um bom espaço de articulação, de incentivo. Apesar da manhã fria desta segunda-feira, tenho certeza de que todos estarão muito aquecidos para a gente arregañar as mangas, pegar as nossas colheres, as nossas escumadeiras, as nossas conchas e painéis e fazer de novo muito barulho, porque privatizar a merenda escolar é um prejuízo para quem está trabalhando contratado pelas APPs, para os agricultores e, principalmente, para as nossas crianças, para os nossos jovens, que não vão ter a qualidade da alimentação que vocês, serventes e merendeiras, fazem com todo carinho cotidianamente.

Além do mais, tem o aspecto pedagógico, que é aquilo que já foi falado aqui. Cada uma de vocês está integrada no projeto pedagógico da escola, já os contratados de outras empresas não estarão mais, não terão mais nenhuma preocupação, nem obrigação, nem articulação para estarem envolvidos no projeto educacional como um todo, serão apenas pessoas que vão realizar um trabalho. E a gente sabe muito bem que vocês não realizam apenas um trabalho, muitas vezes vocês funcionam mais como educadoras do que como serventes e merendeiras, estão lá contribuindo para a educação das nossas crianças, e é assim que a gente quer que continue.

Se precisar ter concurso, se esse é o caminho, nós temos como brigar. E concurso para valorizar quem já está, não concurso para colocar quem nunca esteve, quem nunca trabalhou. Agora, é muito importante que a gente se alie e faça um movimento forte, um movimento grande envolvendo Assembleia, agricultura familiar, sociedade. Eu acho, viu Antônio, que faz tempo que o Sinte está precisando fazer esse trabalho que envolva efetivamente a comunidade numa boa luta, numa boa guerra, porque é uma guerra pela saúde das nossas crianças e por uma educação de melhor qualidade.

Apesar de não eu poder ficar aqui até o final da audiência, a Miriam vai estar me representando, e vamos estar juntos, como sempre estivemos, nessa luta pela merenda escolar de qualidade e pela manutenção das nossas queridas serventes e merendeiras. Quem sabe nessa briga a gente recupere os nossos vigias também!

Um beijo grande para todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Obrigado, senadora Ideli Salvatti. E fique à vontade para cumprir a sua agenda.

Registro a presença da professora Quinha, coordenadora regional do Sinte de Tubarão, e de mais cinquenta serventes e merendeiras também da região de Tubarão; do presidente da União dos Estudantes de Xanxerê (os estudantes aqui querem comer merenda local, querem comer a comida dos agricultores familiares, dos pequenos agricultores); de um grupo de agricultores do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); da senhora Cecília Kummer, do Sinte de Itapiranga, situada no extremo oeste, divisa com a Argentina; da senhora Ana Jeanette Lopes de Haro, presidente do Conselho de Alimentação Escolar e vice-presidente do Conselho Regional de Nutricionistas; e do senhor Oclides Rodrigues, representando a União Catarinense dos Estudantes.

Obrigado aos estudantes catarinenses que estão participando desta audiência pública.

Passo a palavra à professora Rogéria Diegolini, diretora de Apoio ao Estudante, neste ato representando o secretário de Estado da Educação, senhor Paulo Bauer.

A SRA. ROGÉRIA DIEGOLLI - Bom-dia a todos. Cumprimento em especial o senhor Antônio, representante do Sindicato; o senhor Alexandre, representante dos agricultores familiares; os deputados Pedro Uczai, Padre Pedro, Dirceu Dresch; as merendeiras e serventes; os representantes de todas as entidades aqui presentes.

Infelizmente, a senadora Ideli Salvatti saiu, pois eu gostaria muito de explicar para ela um projeto que temos na nossa secretaria.

É muito bom estar aqui e poder explicar, esmiuçar esse projeto da melhor forma possível para que todos entendam o motivo pelo qual a gente está propondo a terceirização do serviço da alimentação escolar e não a privatização, como muitos a qualificam. É muito bom até para mostrar para as pessoas que existem alguns mal entendidos em relação a esse projeto e alguns enganos também.

Infelizmente, as pessoas aqui que se interessam pela alimentação escolar não estiveram na nossa audiência pública no dia 7 de fevereiro, quando a Secretaria da Educação mostrou o projeto para toda a comunidade interessada na alimentação escolar dos nossos alunos. Dez ou quinze dias antes, se eu não me engano, foi colocado em todos os jornais o convite para essa audiência pública, mesmo assim, vou fazer um resumo do projeto de terceirização da alimentação escolar, que foi explicado lá durante três horas.

Das 67 pessoas físicas ou jurídicas que retiraram o edital, 13 empresas fizeram vistoria nas cozinhas antes de apresentarem as suas propostas. Quando faltavam dois ou três dias para abrir a licitação, houve um mandado de segurança (e quem está acostumado a lidar com licitação sabe que isso é comum acontecer), pois uma empresa se sentiu prejudicada. Esse mandado de segurança foi cassado no dia 28 de abril, por isso a Secretaria está novamente habilitada a continuar com o processo.

Essa empresa se sentiu prejudicada pelo simples fato de que fizemos um edital com muitos mecanismos para que ganhassem empresas fortes, a fim de que nenhuma quebrassem no meio do caminho e deixasse os nossos alunos sem alimento.

Então, o que fizemos? Fizemos um estudo e fomos a várias cidades onde a alimentação é terceirizada, e aqui em Santa Catarina são seis ou sete: São José, Palhoça, Jaraguá do Sul, Blumenau, Chapecó e Itajaí. Fomos também à cidade de São Paulo, que terceirizou a merenda escolar, atendendo 1,8 milhão de alunos.

Para vocês ficarem cientes de que não existe ideologia partidária, quem iniciou esse processo na cidade de São Paulo foi a Marta Suplicy, do PT, e quem deu continuidade a esse processo foi o PSDB e depois o DEM, os democratas. Também fomos ver outros projetos em várias outras cidades, como Itajaí (que é administrada pelo PT), Recife, Vitória, Londrina, Contagem, entre outras e de vários partidos.

Estou colocando à disposição de vocês a ata da audiência pública, da qual participaram secretários de Educação de vários municípios, inclusive de São Paulo, demonstrando o quanto a qualidade e as condições das escolas melhoraram com a terceirização da alimentação.

Nós não fizemos o projeto sem um estudo aprofundado. E nesse edital nós colocamos vários itens de acordo com o que foi nos orientado, em São Paulo, pela Secretaria de Gestão, que administra a merenda escolar. Ela nos orientou no sentido de que o sucesso desse projeto dependeria de um edital bem amarrado e de uma fiscalização ferrenha em cima depois, e são esses dois elementos que não estamos deixando de lado em hipótese nenhuma, por isso também que houve esse mandado de segurança.

O edital tem vários itens e comporta tudo isso que foi falado até agora, por exemplo, a demissão das merendeiras. No edital existe uma cláusula exigindo que as empresas contratem todas as merendeiras que agora trabalham nas escolas. Todas, portanto, vão ser recontratadas. E não entendo o motivo pelo qual essas pessoas deixariam de ter contato com os alunos a partir do momento que passarem a trabalhar para as empresas. Eu não vejo essa possibilidade. A mesma merendeira terá o contato com os mesmos alunos, paga pelo Estado indevidamente, como já foi falado aqui, por isso não vou repetir, e em 2003 e 2004 o Tribunal de Contas exigiu que nós regulamentássemos essa situação.

Infelizmente, meus antecessores não fizeram isso, e agora nós estamos fazendo. Não fizeram porque não queriam enfrentar esses problemas que estamos enfrentando agora. Estamos tentando regularizar essa situação, sim, através da terceirização, que é uma das orientações do Tribunal de Contas.

(Manifestação fora do microfone. Ininteligível.)

Até agora ninguém interveio enquanto as outras pessoas estavam falando, e espero que eu tenha condições de explicar a posição da Secretaria.

O que pode melhorar com a terceirização da alimentação? Em primeiro lugar, hoje a alimentação escolar é toda organizada por uma única nutricionista na Secretaria da Educação, e, a partir da terceirização, nós vamos ter cem nutricionistas no Estado, contratadas pelas empresas. Hoje em dia nós pagamos o armazenamento dos alimentos adquiridos pela sede, porque parte das licitações dos alimentos não-perecíveis é feita na Secretaria da Educação. Em relação à outra parte, é mandado dinheiro para as escolas para que as diretoras comprem alimentos.

Nós fomos orientados pela Secretaria da Fazenda há duas semanas para regularizar essa situação, porque é ilegal e irregular mandar esse dinheiro para as diretoras. Vamos ter que fazer licitação em cada escola, uma coisa impossível de administrar.

Um dos maiores motivos pelo qual estamos terceirizando a alimentação escolar é porque os diretores são responsáveis pela compra e recebimento desses alimentos e por organizar as merendeiras que vão cozinhar esses alimentos até chegarem ao prato das crianças. Isso tudo é um ato administrativo extremamente desgastante para um diretor de escola, que deveria estar focado no ensino-aprendizagem, e não na merenda escolar. A merenda escolar é importante, muito importante, mas não pode ser o foco de um diretor, de uma administração, de uma gestão escolar.

Sobre a agricultura familiar, nós estamos colocando uma cláusula, um item no edital, com a seguinte redação: "Do total de recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar (...)"

Muitas são as reclamações de várias pequenas empresas de Santa Catarina que não conseguem participar das licitações, pois não têm os documentos necessários, então, essas pequenas empresas serão contempladas pelas empresas que ganharão os lotes. Para Santa Catarina a divisão foi em quatro lotes (fizemos a exemplo de São Paulo, que foi dividido em seis lotes), e cada empresa que ganhasse um lote teria o compromisso de comprar das pequenas empresas da região que estivessem atendendo a alimentação escolar.

Em relação às dúvidas aqui levantadas que eu anotei, acho que já contemplei todas. Quanto aos produtos orgânicos, todos os projetos da Secretaria da Educação vão ser mantidos, estão todos no edital, no nosso projeto.

Em momento nenhum deixamos de visar à saúde dos nossos alunos. Em todas as cidades que visitamos, a alimentação escolar terceirizada foi aprovada pela equipe de alimentação escolar da Secretaria. Foi feito relatório de tudo; todos os problemas encontrados nós comportamos no nosso edital. Enfim, fizemos um edital amarrado, englobando todos os problemas que foram vislumbrados.

Portanto, repetindo, em momento algum deixamos de visar à educação e à saúde dos nossos alunos. Jamais admitiremos que os alimentos usados não sejam de qualidade. Todos os cardápios serão feitos na Secretaria da Educação, e as empresas vão ser fiscalizadas para que cumpram o que está nesses cardápios. Hoje em dia não temos condições de fiscalizar, porém, com a terceirização, teremos cem nutricionistas, como já coloquei, fazendo esse trabalho de maneira muito mais aprimorada do que nós de tão longe. Serão pessoas que estarão muito mais perto da escola.

Acredito que contemplei todos os problemas que foram levantados até agora. Caso tenham mais alguma dúvida, voltem a me procurar, aqui ou na Secretaria, pois estamos à disposição de vocês para resolver qualquer coisa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Obrigado, diretora.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL DIRCEU DRESCH (SC) - Bom dia a todos e a todas. É uma alegria nos reencontrarmos num debate de um tema tão importante como é a alimentação escolar.

Quando se trata de alimentação, o desafio é justamente a gente não tratar dela como qualquer outro produto ou outra máquina, porque quando falamos sobre comida, estamos nos referindo aos seres humanos, à saúde das pessoas.

Estamos debatendo um tema de nível internacional, pois a alimentação está cada vez mais caindo na mão da especulação financeira. A fome é uma das grandes desgraças do nosso mundo. Infelizmente, muitos dos grandes especuladores financeiros do mercado imobiliário que faliram nos Estados Unidos migraram para a alimentação, e com certeza muitas pessoas irão morrer nesse próximo período por essa ganância do poder econômico.

Então, tratar da alimentação escolar é mais complicado ainda porque estamos tratando das nossas crianças, que precisam de alimentação de qualidade nos seus primeiros anos de vida, na sua infância, para terem uma vida saudável. É disso que estamos tratando aqui.

Entendo que a política pública tem que estar voltada ao bem-estar da sociedade. O Estado tem que ter prioridades, tem que estar a serviço de quem mais precisa dele. É por isso que eu não tenho dúvida de que o papel da política pública de fortalecer as pessoas que mais precisam da presença do Estado também é, sim, tratar as crianças pobres da escola no sentido de elas terem alimento de qualidade, porque muitas vezes em casa não o tem. E também tratar diferenciado os agricultores, que estão produzindo cada vez melhor e vendendo cada vez pior.

Então, o Estado tem esse papel, por isso o espaço público da comercialização, seja ele por diversos setores da sociedade. Inclusive, estou defendendo nesta Casa um projeto para que as nossas pequenas e microempresas também tenham prioridade de tratamento por parte do Estado, coisa que a lei federal hoje nos garante, e defendo isso para a agricultura familiar.

Qual é o grande problema dos agricultores hoje? Eles vendem muito, produzem cada vez mais, é exigido cada vez mais produtividade, mas no resultado final, o recurso não fica com eles. E a alimentação pública, o espaço público, o chamado mercado institucional é um grande espaço para fortalecermos o desenvolvimento local.

O que não podemos admitir, e isso nem falando das outras questões, é que seja transferido todo esse recurso financeiro que vem do governo federal e do Estado (dos impostos da população) para outras cidades do País. Porque nenhuma empresa que se cadastrou aqui é de Santa Catarina, todas elas são de fora do Estado.

Então, essa é a contradição de uma estratégia de desenvolvimento local, e não falo nem do desenvolvimento do Estado, mas que se pense o desenvolvimento regional e local. Pegar recurso público e jogar lá no município para alimentação escolar fortalece economicamente a nossa agricultura familiar, portanto, vamos discutir uma estratégia de desenvolvimento lá, não só a agricultura familiar. Vamos discutir as nossas pequenas cooperativas, que são construídas pela luta, pela organização dos trabalhadores, sejam eles assentados da reforma agrária ou de pequenas propriedades, sejam nossos agricultores familiares e suas organizações.

Na minha avaliação, essa é uma questão estratégica no desenvolvimento. Por isso entendo que aqui no Estado estamos na contramão da discussão do desenvolvimento local e regional. E aí destaco o extremo oeste catarinense, que perdeu, em dez anos, mais de 15 mil pessoas, tendo a região da Grande Florianópolis recebido 75 mil pessoas.

Pensar estratégia de investimento do dinheiro público em todo o espaço territorial pode ser uma estratégia de você permitir que a população continue lá no seu local, porque as pessoas vêm junto com a aplicação do dinheiro público. O Estado foi um dos principais aquecedores da concentração da nossa população e do desenvolvimento litorâneo do nosso país; em Santa Catarina foi investido recurso público, e isso gera emprego, renda e desenvolvimento.

Então essa é uma questão que na nossa avaliação é contraditória demais sobre uma política chamada descentralização.

Um outro elemento aqui foi colocado sobre a qualidade do alimento e da cultura alimentar. Nós, que rodamos este Estado de ponta a ponta, percebemos que há culturas alimentares das mais diversas dentro do nosso Estado - e cada um que conhece um pouco do Estado percebe isso na prática. Você tem culturas alimentares totalmente diferenciadas, conforme a história, a migração das pessoas e de onde elas vêm. Isso precisa ser respeitado e as crianças gostam que isso seja respeitado.

Aí está uma outra questão de fundo da alimentação escolar, porque nós já ouvimos muitas queixas de municípios que terceirizaram a sua alimentação escolar, a exemplo de Chapecó, Blumenau e outros que estão aqui. Então, fortalecer uma estratégia e desenvolver o respeito às culturas alimentares é fundamental.

E nós parabenizamos, e entendemos estratégicas, as duas grandes ações do governo federal. Primeiro o decreto presidencial do dia 8 de maio, que possibilita aos municípios comprarem sua alimentação escolar direto de agricultores familiares, inclusive dispensando a licitação. É uma ação importantíssima de desenvolvimento jogar esse recurso para os municípios. A segunda grande ação é o projeto governamental que está no Congresso Nacional que dá o direito a mais ou menos oito milhões, segundo dados, de jovens e adolescentes que estão no ensino médio a terem acesso à alimentação escolar. Isso também cria uma grande oportunidade a quem tem o direito de se alimentar, que vai para a escola, e aos nossos agricultores de comercializarem melhor e com maior renda seus produtos em um espaço público. Então esses são elementos fundamentais nesse processo.

Aqui já foi muito comentado sobre o papel das nossas merendeiras, que é fundamental manter essa experiência de anos e anos nas escolas. Pode ser até poético dizer que uma empresa que entrará ali vai respeitar esse direito, mas essas grandes empresas não vão olhar muito para o ser humano, para a pessoa, a gente sabe como é! O esquema financeiro hoje está atuando nessa linha sem se preocupar com a fome, com a miséria do povo e com a morte das nossas crianças, que não podem comprar essa comida porque ela vai encarecendo cada vez mais. Nós entendemos que até podem ter muitas empresas boas, nós acreditamos que tenha, mas normalmente não se preocupam muito com o ser humano lá na ponta, a preocupação é com a produtividade.

É o que nós vemos hoje no nosso Estado em termos da nossa agricultura familiar. Nós temos agricultores que estão na semi-escravidão em vários tipos de produtos, trabalhando o ano todo e no final do ano tendo prejuízo na sua produção. Isso aconteceu com a fumeicultura, isso acontece com a produção de carnes etc. Então, é a fome do econômico em não trabalhar com seres humanos, mas, sim, transformar o ser humano em máquina que nos assusta. E nada adianta a gente pensar um bom desenvolvimento se não pensarmos no desenvolvimento do ser humano.

Então a minha contribuição é no sentido de deixar essa reflexão e fazer uma convocação de que, de fato, precisamos fazer uma grande luta, seja do setor da educação, seja do setor dos agricultores que produzem esses alimentos, mas também do conjunto da sociedade termos esse compromisso, por que quem não tem um filho, um neto na escola que necessita da alimentação e do cuidado da alimentação, estando num projeto baseado no ser humano?

Com certeza estaremos juntos nessa caminhada, nessa luta, defendendo com unhas e dentes que o que a gente precisa é respeitar a nossa cultura, a nossa história, as pessoas e as crianças que estão na escola.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Passaremos a palavra ao Rui da Luz, representando o Conselho Nacional de Segurança Alimentar, depois ao deputado Padre Pedro Baldissera, um dos proponentes desta audiência pública junto com a bancada, e em seguida abriremos a palavra para vocês se manifestarem em relação ao tema.

Assim, concedo a palavra ao Rui da Luz, do Consea nacional.

O SR. RUI DA LUZ - Em primeiro lugar o meu bom-dia. A minha saudação a todos e a todas, ao pessoal que está na mesa, ao deputado Padre Pedro, ao deputado Pedro Uczai, à professora Rogéria, ao professor Antônio, ao deputado Dirceu Dresch e ao companheiro da Tetraf.

Primeiro, acho que é interessante a gente remontar um pouco a história para entender que qualquer processo que não tenha controle do Estado é equivocado. Se a gente for pegar o início desse processo, lá na década de 1930 - e é preciso que gente relembre que a política de alimentação escolar talvez seja a política pública mais antiga ainda em funcionamento -, vamos ver que a política de alimentação existiu (eram as caixas de assistência) por se perceber que um conjunto de crianças ia para a escola e não tinha o rendimento intelectual necessário por conta de um problema do País, que era o problema da segregação racial, da fome e da miséria, que impedia a evolução intelectual de várias crianças. E aí se passou a fazer várias campanhas, inclusive por iniciativas de entidades filantrópicas naquele momento.

Mais na frente, na esteira da visão do pós-guerra, percebeu-se que essa política precisava ser ampliada, e ampliada na visão do direito humano. Então os governos, sobretudo o governo brasileiro, passaram a criar uma condição desse debate, muito embora ainda no ritmo de campanha. Toda essa discussão da alimentação escolar foi ainda na visão do atendimento a partir das campanhas. Então a campanha nacional da alimentação escolar colocada durante um determinado tempo no Brasil, ou melhor, até bem pouco tempo era campanha, ficou até sair a promulgação da Constituição Federal em 1988, que reconheceu a alimentação escolar como um direito.

Só que ainda nessa construção vários problemas foram colocados: discutia-se a questão da descentralização ou não, se os municípios e os Estados tinham que ter autonomia para a aplicação dos recursos ou não - que é um debate que persiste até hoje, pois já se discute a possibilidade dos municípios terem uma maior mobilidade sobre isso. Ou seja, todo esse debate sempre colocado na perspectiva da visão do direito humano, porque é preciso reconhecer que a questão da alimentação escolar é muito mais do que apenas uma possibilidade de você garantir que as crianças, que os adolescentes, que os jovens vão para a escola, como já foi falado aqui. É muito mais do que isso! É uma perspectiva de você trabalhar a reeducação alimentar, a garantia das culturas alimentares no Brasil e, sobretudo, você conseguir dar conta de que aconteça um rendimento intelectual por parte das nossas crianças e dos nossos jovens, principalmente no momento em que a gente vive hoje de deturpação do processo da educação alimentar.

Hoje existem movimentos fortes, tanto dentro da escola quanto fora dela, como por exemplo para combater a obesidade infantil e adolescente, que hoje é uma epidemia que vem se alastrando, fruto da má alimentação. Então esse é o momento dessa política pública se encontrar com a discussão do processo educacional, pedagógico e tudo mais. É também o momento de se encontrar com o que existe no outro lado do muro da escola, que é a fome e a miséria. É necessário que você pense educação alimentar também nessa perspectiva de atender ao aluno, não só na hora em que ele vai se alimentar na cantina, mas na perspectiva também de olhar a comunidade em que ele vive, a situação de sua família etc. Acho que essas são perspectivas importantíssimas para refletir sobre alimentação escolar.

Para concluir, porque sei que o tempo está curto, gostaria de dizer que hoje existe um processo feito pelo governo Lula junto com a sociedade civil, e nós, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, temos acompanhado, de valorização dessa política pública da alimentação escolar. Por exemplo: só de 2003 até agora houve uma recuperação do valor da alimentação escolar repassado aos Estados e municípios, pois quando o governo Lula assumiu era de 0.13 e hoje já é de 0.23, e ainda com algumas diferenças, como a alimentação do escolar indígena e a do escolar quilombola. Já existem diferenciações e num processo crescente de recuperação, além, obviamente, da contrapartida dos Estados e municípios.

Isso é na visão da manutenção do controle do Estado sobre essa política. Repassar isso a setores privados é você quebrar toda uma cadeia, toda uma lógica de controle dessa política, vinculada às questões que eu já falei anteriormente.

Outra questão que eu também entendo ser fundamental é a alteração da composição dos Conselhos de Alimentação Escolar, dando uma maior possibilidade do controle social, e aí com a participação efetiva da sociedade civil. Quem lembra como era feito antigamente o processo de punição para quem fazia má gestão da alimentação escolar? O que acontecia? O município perdia o recurso, penalizando as crianças. Agora não! Agora a penalização, a partir da ação dos próprios CAES, dos Conselhos de Alimentação Escolar, é a punição ao gestor, que pode levar inclusive à prisão.

Então penso que essa discussão da alimentação escolar tem hoje um caráter determinante, fundamental para a gente discutir a inclusão social. Hoje se falava aqui, e é um projeto construído entre a sociedade civil e o governo, do PL 2.877, que amplia para o ensino médio, seja privado, público, beneficente e tudo mais, o direito à alimentação escolar. Mas ele hoje sofre as suas resistências, e de onde? De setores de dentro do Congresso que têm interesse na continuidade da privatização, da terceirização da merenda escolar. Esses setores têm exercido uma pressão muito forte contra o PL 2.877 e por isso a necessidade da mobilização da sociedade civil.

O meu tempo encerrou, mas no debate a gente ainda tem outras informações que eu acho importante repassar sobre a questão da alimentação escolar.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Obrigado, Rui.

Quero registrar e agradecer a presença da senhora Vanda Gomes Pinedo, representando o Sinte de São José; da senhora Carla Martins de Oliveira, representando o Sinte de Florianópolis; do senhor Ezequiel da Costa, representando o Sinte de Joinville; da companheira Luci Choinacki, ex-deputada federal, ex-deputada estadual e presidente estadual do Partido dos Trabalhadores de Santa Catarina.

Agora passamos a palavra ao deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL PADRE PEDRO BALDISSERA (SC) - A minha saudação ao deputado Pedro Uczai, que preside esta audiência pública; ao deputado Dirceu Dresch, colega de bancada; ao Antônio, representando o Sinte; ao Alexandre, que aqui representa a Fetraf; ao Rui da Luz, do Consea; à professora Rogéria, representando o governo do Estado através da Secretaria da Educação; à Luci; ao Sérgio; às lideranças da região do nosso Estado; às merendeiras; aos educadores e às educadoras; e aos representantes dos diferentes movimentos sociais.

Fruto de uma reunião que contou com a presença da nossa senadora Ideli Salvatti, chegamos a propor esta audiência pública para discutir a questão da merenda escolar, da alimentação escolar; e no que diz respeito ao Estado de Santa Catarina, discutirmos aqui o encaminhamento que o governo do Estado tem dado com relação à terceirização da merenda escolar.

Eu tenho tido sempre o princípio de que audiência pública é exatamente para ouvirmos aqueles que participam da mesma a fim de que, a partir desse debate e dessas reflexões, possamos dar os encaminhamentos necessários buscando solucionar o problema colocado.

Então eu gostaria, de forma muito objetiva, muito rápida, porque eu quero ouvir vocês que são diretamente interessados e que representam aqui a sociedade catarinense, dizer que o encaminhamento da terceirização da merenda escolar, como aqui já foi pontuado, sem dúvida nenhuma é um grande equívoco por parte do governo do Estado, porque quando se trata de terceirizar o serviço público, nós estamos no encaminhamento do Estado mínimo, e quem caminha nessa direção são exatamente os neoliberais - quanto menor a estrutura pública para o atendimento da nossa sociedade, pior fica para o cidadão.

Por isso que desde o início nós combatemos veementemente o encaminhamento feito pelo governo do Estado, por Luiz Henrique da Silveira. Entendemos nós que além de o Estado perder, porque aqui se discute uma política de Estado... Nós não estamos preocupados se a Prefeitura *a* ou *b* tem terceirizado, não estamos preocupados com isso, se é do PT, se não é; nós estamos discutindo aqui uma política do Estado de Santa Catarina e, portanto, é nessa direção que temos que olhar, porque se formos olhar para Itajaí, a Secretaria de Educação está na mão do PMDB e, em cima disso, de repente eu entenda que lá também tem caminhado para a terceirização. Então não é isso que nós colocamos aqui como o centro da discussão.

Eu dizia em alguns pronunciamentos: de repente, quem sabe até a empresa que entrou com o mandato de segurança não tenha sido muito bem contemplada nas discussões que antecederam, quem sabe até nem tenha ficado com uma parte significativa do bolo da terceirização, se sentiu prejudicada no processo e por isso ingressou com o mandato de segurança. Agora, são basicamente R\$ 15 milhões que o Estado deixa de investir dentro do próprio Estado de Santa Catarina, porque com toda a certeza essas empresas que estão na concorrência, ganhando o processo licitatório, não vão adquirir os produtos aqui no nosso Estado e muito menos produtos que vêm da nossa agricultura camponesa, da nossa agricultura familiar. Esses são os primeiros a serem excluídos e, portanto, este é um processo que caminha na contramão daquilo que o governo federal vem apostando e encaminhando.

Aqui faço questão de colocar que a coordenadora do Programa Nacional de Alimentação Escolar, Albaneide Peixinho, que foi convidada, mas não pôde estar presente aqui na audiência por outros motivos, disse já ter se posicionado inúmeras vezes, de forma muito categórica, firme, contra todo e qualquer processo de terceirização e de privatização da merenda escolar. Entre tantos argumentos, ela destaca que se uma prefeitura quer fazer a terceirização, por exemplo, ela

precisa saber que os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) só podem ser usados para o pagamento de gêneros alimentícios, não podem ser gastos para pagar serviços. E aqui se entende por que na terceirização os preços vão lá em cima: eles têm que contemplar a prestação de serviço. Então é descontado em cima do que? Da aquisição do produto, da alimentação escolar.

Por isso ela destaca que em alguns lugares - isso foi alvo de notícias veiculadas pela Rede Globo, quando fez aquelas denúncias de que no interior de São Paulo, é um processo que hoje está em segredo de Justiça, teve um aumento de mais de 500% na aquisição do produto. Claro, o Estado tem que bancar a prestação de serviço, mas tem que sair de algum lugar, e de onde sai? Do dinheiro que advém dos impostos que os cidadãos brasileiros pagam, porque o dinheiro vem lá de cima, ao invés de ser investido na qualidade da alimentação escolar! Essa é a questão que se esconde por trás de tudo isso. Ao invés de economizar recursos, nós acabamos gastando mais ainda e tendo, como aqui foi muito bem frisado pelo professor Antônio, uma merenda de menos qualidade. Quem sabe lá qual merenda nós vamos ter, pois vamos terceirizar tudo, cozinha... Em vez de termos uma ampla integração entre a merenda escolar e o processo pedagógico, vamos colocar uma empresa que nem tem convivência com os alunos, com a comunidade! É totalmente ao contrário!

Então, gente, acho que este é um momento altamente positivo e importante para traçarmos alguns encaminhamentos. Acho eu que o governo federal deveria colocar uma cláusula, em relação ao repasse do dinheiro público para os Estados, proibindo, vedando qualquer iniciativa de terceirização. Acho que deveríamos dar esse encaminhamento: que aos Estados não seja permitido terceirizar e privatizar os recursos que saem lá do FNDE ou do governo do Estado, da Secretaria de Estado da Educação.

Por enquanto, obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Organizando a participação da plenária, eu acho que poderíamos passar um bloco de dez falas iniciais, até para que a gente possa democratizar. E enquanto buscamos totalizar as dez primeiras inscrições, eu gostaria aqui de dar um pitaco também, Padre Pedro, de forma muito rápida.

Da fala da professora Rogéria, representando a Secretaria da Educação, eu quero pegar um ponto que me preocupa e que é questão de concepção. Quando se busca fazer uma licitação com uma empresa forte, essa foi a expressão, ela será terceirizada, e como uma empresa forte não pode fornecer para todas as regiões o alimento, ou o destino, ou o transporte, ela poderá quarteirizar, ou seja, passar para empresas pequenas, de pequeno porte, nas diferentes regiões do Estado, para fornecer o alimento. Essa foi a fala. Eu quero discutir esse ponto, Rogéria. Por que não inverter esse processo? Por que justamente as pequenas empresas e os agricultores familiares serem os protagonistas da oferta do alimento? É por que não se confia na pequena empresa? É por que não se confia no agricultor que vai entregar?

E eu quero dar um exemplo pessoal: quando fui prefeito de Chapecó - a primeira experiência do Brasil em PA foi em Chapecó - os agricultores não estavam acostumados a produzir laranja, a produzir alimento para a merenda escolar e para os programas sociais. Mas não foi por isso que nós abandonamos o programa. Primeiro, 640 mil do Brasil foram para lá e fomos construindo um planejamento com os agricultores, para que no próximo ano eles fornecessem tantas toneladas de laranja, tantas toneladas de iogurte, tantas toneladas desse ou daquele alimento. Tu fazes planejamento e no planejamento é dinheiro público que vai para o município, para o agricultor; é dinheiro público que gera emprego lá no município; é dinheiro público que confia nos pequenos empresários para que se planejem para entregar nesse ano, no outro ano e no outro ano! Se tu tens um planejamento e a certeza que a empresa vai receber R\$ 1 milhão por ano para a merenda escolar, quem não vai se planejar e produzir? Qual é o agricultor que não vai se planejar e produzir, se tem garantia de venda?

O conceito é inverso, é acreditar e confiar não no grande que vai padronizar ou vai quarteirizar para as pequenas empresas de novo. A grande empresa vai quarteirizar e para quem vai ficar a parte do lucro? Vai ter que ficar para a grande empresa! Isso me lembra rodovia: a Camargo Correa ganha a licitação e depois passa para as empresas pequenas fazerem os asfaltos para os municípios deste Estado. Portanto, a concepção é que está equivocada.

Ouçam e acreditem que a política pública pode ser construída com os agricultores, com as pequenas empresas nos diferentes lugares, com uma licitação transparente e com controle social. O início pode ser transparente, mas, ao longo do tempo, não acredito, professora, não acredito, de forma muito sincera. E eu já fui do outro lado, como prefeito, assim como o Padre Pedro: não acredito no controle social que a Secretaria vai fazer, nessa coisa de grande empresa na relação com o dinheiro público e assim por diante. Terceirizar dessa forma, então que se terceirize para a pequena empresa, para os agricultores entregarem. E se poderia discutir, nessa questão de atualizar para alguns alimentos, que começasse pelo menos com 30%, 40%, 50% comprando do local, com a lógica de acreditar.

Então, para mim o conceito está equivocado, a concepção está equivocada! Vai aumentar o custo ou vai diminuir o custo? Nada indica que essa licitação vá diminuir o custo e haja economia para o Estado! Nada indica! Outro ponto é que nada indica que estadualizar vá garantir a qualidade, porque a qualidade não está só definida pela questão sanitária; a qualidade está definida pela questão local e cultural! E quando a gente tem uma boa alimentação - e eu falo isso porque nós estamos entre os premiados pelo Ministério da Educação na merenda escolar -, muda a qualidade da educação, muda o desempenho escolar do aluno.

Então, pode existir um argumento positivo de construir uma grande política estadualizada, mas nada indica que lá na frente, daqui a dois, a três, a quatro, a cinco anos essa perspectiva seja favorável. Tem argumento, sim, mas o ponto de partida está equivocado, porque o ponto de partida é outro: é valorizar o desenvolvimento local, é valorizar a qualidade do alimento local. Se hoje não existem as condições, criam-se as condições, porque se fosse assim, deputados Dirceu Dresch e Padre Pedro, o PA não poderia existir, porque não tinha nenhum agricultor vendendo diretamente, já que nunca na história do Brasil os agricultores foram convidados a vender diretamente os seus produtos. Não tinham experiência, portanto não podia existir política pública. Não! Consegue-se experiência por decisão e vontade política, que é apoiar o desenvolvimento local e regional. *(Palmas.)*

Agora vamos passar a palavra para a companheirada. Bom, são 11h03min, será que poderíamos ir até às 12h? Podemos fazer essa combinação? Temos dez inscritos e se cada um falar três minutos, chegaremos às 11h33min, tempo restante suficiente para fazermos os encaminhamentos e ainda concedermos a palavra, caso mais alguém da plenária desejar. Então, para democratizar o máximo esse espaço, vamos conceder três minutos para cada um. Pode ser assim? *(A plenária aquiesce.)*

Então passamos a palavra à primeira inscrita, professora Mirian Lúcia Hoffmann Darós.

A SRA. MIRIAN LÚCIA HOFFMANN DARÓS - Bom-dia a todas e a todos. Sou da assessoria da senadora, mas, aqui, estou na condição de professora do Estado de Santa Catarina. Lamento a falta de presença do Ministério Público, que também foi convidado, e, mais uma vez, a indiferença do governo do Estado, da triplice aliança, do ponto de vista das bancadas, com a educação em Santa Catarina. Está presente nesta audiência apenas a bancada do Partido dos Trabalhadores, pelo jeito as demais não querem educação de qualidade ou primam por essa política de não-qualificação da educação no Estado de Santa Catarina.

Sabe por que digo isso? Porque na década de 1970 tínhamos, na pauta dos servidores públicos do Magistério de Santa Catarina, dentro da questão do plano de cargos e salários, a questão das serventes, dos vigias e das merendeiras como cargos da educação e não como função. Já naquela época queríamos trazer, para dentro do plano de carreira, a garantia da qualidade desses serviços nas escolas. Hoje o que vemos? Que terceirizam os vigias e vêm na lógica de terceirizar as serventes e merendeiras.

A Rogéria colocou que o Estado prima pela qualidade. O maior exemplo de que o Estado não prima pela qualidade é o serviço terceirizado dos vigias. Vemos hoje, pelos meios de comunicação, a violência instalada nas escolas. O professor é agredido pelo aluno, muitas vezes pela própria comunidade, e os vigias, que são terceirizados, não podem fazer nada, porque a empresa não os mandou para dentro da escola para esse tipo de função.

Então, acredito que a merenda escolar também vai cair no descaso da questão pedagógica, da questão humanitária da escola e da questão de que uma criança só aprende, de fato, quando está bem alimentada. Na década de 1980 fizemos um grande projeto na favela Chico Mendes, no América Dutra Machado, no Monte Cristo, no qual alimentávamos as crianças de manhã, à tarde e no final da tarde, e o padrão de educação, de ensino e do desempenho dessas crianças melhorou em 90%, se não em 100%.

Lamentamos que o governo do Estado, mais uma vez, mande um representante, que não seja o secretário de Estado da Educação que esteja aqui respondendo por essa questão tão importante.

Não nos interessa, nesse momento, o que os outros Estados brasileiros estão fazendo, mas o que o nosso Estado quer com a educação básica - e agora, também, na questão do ensino médio, com a merenda. Se hoje nós terceirizamos a merenda para a educação básica, provavelmente não vai ser aplicada para o ensino médio, não é? Porque tudo que vem de bom a triplice aliança no Estado de Santa Catarina faz questão de caminhar contraditoriamente.

Então, acho que temos que nos opor a esse tipo de política de fato. E mais, uma das questões é o uso da estrutura pública. Quando se terceiriza acabam se apropriando da estrutura (da cozinha, da panela), que não é terceirizada. Isso acaba sendo uma estrutura pública usada pela iniciativa privada.

A luta é justa. Estamos apoiando e vamos continuar nela. Muito obrigada! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Queremos registrar e agradecer a presença do senhor Aldoir Kraemer, do Sinte de São Miguel do Oeste, e do senhor Alvízio Ely, do Sinte de Maravilha, duas regionais com comitivas com mais de 40 pessoas - parabéns pela presença de todos -: da senhora Anna Julia Rodrigues, da CUT/SC e Sinte; do vereador Adilson Mariano, de Joinville; do senhor Anselmo Exterkoetter, secretário de Educação de Angelina; e dos companheiros do MST, que estão representando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Passo a palavra à senhora Luci Choinacki, por três minutos.

A SRA. LUCI CHOINACKI - Eu quero pedir às pessoas que farão uso da palavra para que o façam daqui de cima também. Sabem por quê? Porque normalmente se coloca o povo lá embaixo e as autoridades aqui em cima, mas o povo também é autoridade e tem que ocupar o microfone aqui de cima *(palmas)*. A forma de postura também é forma de poder, e muitas vezes não se dá forma de postura ao povo para que ele tenha mais poder. Então, este microfone não faz diferença, mas existe um outro posicionamento em nível de fala, do olhar e da visão.

Quero cumprimentar a mesa, os nossos três deputados do PT - Pedro Uczai, Padre Pedro e Dirceu Dresch -; o nosso líder, coordenador do Sinte, Antônio; a representante do governo; o Rui; o representante da Fetraf, meu companheiro de luta, Alexandre Bergamin; e todas as lideranças aqui presentes. Também quero cumprimentar o Gilberto, presidente do PT municipal - é muito bom tê-lo aqui conosco, pois estamos pensando num bonito projeto para esta cidade.

Também gostaria de registrar a presença do Mariano, vereador de Joinville; do Sérgio Brunetto, vereador de Xanxerê; e do Glaico, secretário de Agricultura de Paulo Lopes.

Eu não vou me ater a dados, até porque muito já foi falado sobre isso, mas quero falar sobre algumas coisas em nível político.

Não dá para ficar em silêncio diante da falta de consideração e respeito que este governo estadual tem para com o povo de Santa Catarina, porque o que ele está fazendo não ajuda ninguém deste Estado. Primeiro, traz prejuízo para os agricultores, porque eles precisam vender seus produtos diretamente para as escolas, desde a abóbora até a galinha, e o governo está proibindo. Então, ao adotar essa política nós entendemos que ele é contra os agricultores de Santa Catarina. Podem escrever isso! Nós queremos que o representante do governo aqui presente leve isso a todos os lugares, que escreva e divulgue.

O governo é contra a saúde pública de Santa Catarina, porque tirar uma merenda escolar de boa qualidade é fazer com que as crianças sofram e adoçam. É ou não é verdade? A criança que se alimenta bem representa menos gasto na saúde, ela estuda melhor e sente-se melhor na escola. A cabeça pensa conforme o que se come. Se você comer uma comida que não sabe como nem de onde vem, com quantos produtos químicos é feita... Será que não são empresas querendo enriquecer para depois, talvez, ter não sei o que para a campanha? Será que não é isso que está por trás de tudo?! Vamos botar os pingos nos is. Chega de hipocrisia. Sabemos que as privatizações e as terceirizações funcionam assim, que pouca gente enriquece e uma parte é quem paga a conta. Sempre foi assim.

Uma outra questão é quanto ao respeito aos pais, aos educadores e às merendeiras das nossas escolas. Não sei se está presente uma companheira de Concórdia, que tem 56 anos, trabalhou 22 anos na escola e faltam 2 anos para se aposentar. Mas aqui temos merendeiras também com essa idade trabalhando na escola. E sabemos que merendeira não é só alguém que faz a comida e vira as costas para as crianças. Mais de 70% das merendeiras são mulheres, mães, não só mães em casa como também na escola. Eu sei disso, porque também fui à escola e elas cuidavam de mim. É verdade ou não é *(palmas)*? E o que o governo está fazendo com as merendeiras é um desrespeito.

Eu fui eleita deputada estadual em 1986. Já naquela época nós começamos a discutir a questão de se ter um plano de cargos e salários, a valorização do trabalho das merendeiras por fazer parte do processo de educação da escola, o que não foi resolvido até hoje. Agora o governo vem fazendo um escândalo contra as merendeiras. Eu gostaria que as merendeiras chamassem os pais na escola para que eles saíssem em defesa dessa classe, da saúde pública e do direito das crianças se alimentarem bem na escola. Eu faço um apelo às merendeiras: chamem os pais; e os professores que estão acompanhando ajudem, não deixem que façam essa sem-vergonhice, porque é muita falta de respeito. Se querem fazer, façam na sua casa, mas não com o nosso povo, com as nossas crianças. *(Palmas.)*

Senhor presidente, já vou encerrar. Eu até poderia falar por dois dias, porque conheço as mulheres, comecei na militância do movimento social, apanhei politicamente por ser mulher, por defender o direito de as mulheres serem respeitadas e valorizadas. E quando vejo merendeiras com vinte anos, quinze anos de trabalho, sem saber o que vão fazer daqui para frente, eu não posso me silenciar.

Vocês não devem silenciar, não abaiquem a cabeça, vocês têm direito de serem respeitadas e valorizadas, pois construíram uma história. Se não foram capazes de resolver, não chutem ninguém para fora da escola, do trabalho, porque certamente elas ajudaram a construir a cidadania das nossas crianças.

Parabéns, merendeiras, olhem para o espelho, enxerguem-se e valorizem-se, não deixem ninguém pisar em cima de vocês, muito menos quem tem o poder nas mãos e está com os dias contados, porque o governo de quatro em quatro anos se renova. E nós vamos ter renovação, sim, em 2010, porque temos que botar ponto final nessa coisa, pois nunca temos certeza de como o povo vai ser valorizado.

Muito obrigada, e parabéns a quem está comandando. Vão firme, não esmoreçam (*palmas*), porque sabemos o valor que vocês têm, e os pais, os alunos e os professores sabem. Convoquem os pais para defenderem o direito da merenda escolar e o direito de vocês continuarem trabalhando - e que se busque solução digna, não desrespeitosa.

Muito obrigada. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Ainda temos onze inscritos, então precisamos permitir que todos façam uso da palavra - e com certeza todos querem ouvi-los.

Com a palavra a senhora Anna Julia Rodrigues, da CUT e Sinte.

A SRA. ANNA JULIA RODRIGUES - Bom-dia a todos, às serventes e merendeiras. Quero cumprimentar os componentes da mesa, os senhores deputados, o Rui, o companheiro Antônio, o Alexandre e a Rogéria, que representa o secretário de Educação.

Eu vou começar já criticando essa representação, porque nos espaços públicos, nos quais o povo vem cobrar do governo do Estado, eles enviam representação com pouca tinta na caneta.

Por que o secretário não está aqui para discutir uma questão que é importante, fundamental e é de direito de todas as crianças, que é a alimentação escolar?

Onde estão os deputados da Situação? Discutindo a LDO. Não é importante discutir merenda escolar! Quem come merenda escolar hoje? São os nossos filhos, os filhos dos trabalhadores, são os pobres. Os filhos deles não vão para as escolas públicas, não dependem da merenda escolar (*palmas*). Muitas crianças, hoje, quando vão para a escola na parte da manhã, a primeira alimentação deles é a alimentação escolar.

Nós defendemos, sim, que os pequenos e os médios produtores rurais, a agricultura familiar, têm que permanecer no campo, eles têm que produzir. Defendemos os produtos orgânicos, mas também é uma dificuldade os nossos jovens permanecerem no campo, eles acabam saindo. E terceirizando, privatizando a merenda escolar, que é um espaço onde poderiam estar produzindo e qualificando os seus produtos, acabam perdendo para essas empresas que não sabemos quem são.

Sabemos de outros Estados e outros municípios em que muitos prefeitos já foram presos por desvio de recursos da merenda escolar, por desvio de recursos públicos. Se acontecer neste Estado, porque não é novidade desvio de recurso público, vocês podem acreditar que vai ser tudo certinho, que não vai ter desvio de recurso num Estado cheio de impunidade como está o nosso, cheio de desvios do recurso público, fraudes e tudo mais.

Vivenciamos, na semana passada, o passaporte para o Beto Carrero. O governo dá passaporte para os diretores, em vez de qualificar para que a merenda escolar... A direção da escola tem que estar preocupada, sim, com ensino aprendizagem, mas o ensino aprendizagem dos nossos alunos também depende de uma boa alimentação.

O que as serventes, as merendeiras não querem é que a diretora fique sentada na cozinha em vez de trabalhar, de cuidar, de tocar a gestão da escola. Muitos fazem isso porque não tem capacidade de tocar o ensino aprendizagem, um projeto político pedagógico nas escolas, diretores comissionados, indicados politicamente.

Então, hoje, temos muito que fazer, sim. Porque as nossas serventes hoje são as merendeiras, amanhã serão os serviços públicos, amanhã serão os serviços gerais das escolas. Quem nos garante (e o próprio secretário já nos disse em audiência) que as merendeiras terão um ano, dois anos de estabilidade.

A própria Luci acabou de dizer que tem merendeiras com 50 anos de idade e 25 anos de trabalho que já estão doentes! Com 20 anos de trabalho, de levantar panelas nas escolas, vocês acham que elas estão em condições de procurar um outro trabalho? Não temos isso hoje.

Em vez de colocar mais merendeiras nas escolas, nas quais aumentaram o número de alunos, é melhor terceirizar e buscar informação da terceirização em cima daquilo que não deu certo. Os bons exemplos o governo não segue, ele segue os maus exemplos.

Nós não queremos isso. Nós queremos discutir. Quando se fala que o processo foi democrático, que a terceirização é democrática, por que uma audiência pública em fevereiro, quando os professores e funcionários de escola estavam retornando aos seus trabalhos? É para inglês ver! Não foi para a sociedade, para os trabalhadores realmente virem discutir.

Então, enquanto trabalhadores na educação, enquanto Central Única, nós vamos defender, sim, os serviços gerais deste Estado, o fim da terceirização, porque onde foi terceirizado não funciona. Nós temos que ser contra a terceirização, porque isso leva uma funcionária a ficar um mês, dois meses na escola e depois ser trocada. E as nossas merendeiras, além de merendeiras são educadoras. Elas fazem um chazinho para os alunos quando estão doentes nas escolas. E com a terceirização as nossas crianças e os professores não poderão colocar os pés dentro da cozinha, porque a cozinha não pertencerá mais à escola, pertencerá à empresa que está colocando os seus produtos lá, que a gente nem sabe o que são. Então, a nossa luta vai além da merenda, vai pelo fim das terceirizações neste Estado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Concedo a palavra à senhora Vanda Gomes Pinedo, do Sinte regional de São José, por três minutos.

A SRA. VANDA GOMES PINEDO - Bom-dia a todas e a todos. Cumprimento todos os deputados e companheiros desta mesa; e a Rogéria, representando aqui o governo do Estado.

É muito ruim a gente ver que o governo não tem a menor preocupação, nem a base do governo. Nós temos aqui os deputados na mesa, mas essas cadeiras deveriam estar ocupadas por mais deputados para entenderem a problemática, inclusive a base de governo que não está aqui.

Quero dizer que esse é um governo da mentira. Não tem outra palavra para exemplificar esse governo. É o governo da mentira porque mente o tempo todo, porque disse que a questão dos serventes, vigias e merendeiras seria primeiramente discutida e acordada com o sindicato, mas ele não recebe o sindicato também. Só recebe no afogadilho, quando a gente faz ato lá na frente - aí recebe. Mas quem vem sempre é o seu substituto, o seu encarregado, aquele que, como a Anna Julia disse, tem pouca tinta na caneta, portanto não pode se comprometer de todo, tem que fazer usando meias palavras.

Falar de audiência pública, que todos estão convidados. Rogéria, eu acho que não deveria nem ter sido citada essa situação. Porque nós estivemos no governo do Estado em dezembro, algumas serventes que estão aqui participaram daquele ato contra a demissão, contra a terceirização que estava acontecendo no final do ano. Eram mil demissões de serventes apontadas para o final do ano de 2007.

Nós estivemos no governo, em conversa com a Rogéria no dia 20 de dezembro, e ficou marcada uma reunião para o dia 14 de janeiro inclusive. E não sei por que, talvez tenha esquecido, o governo marcou uma audiência pública para o dia 7 de fevereiro e não convidou ninguém. Onde está anotado? Onde está o convite? Onde está, na audiência pública, a presença dos movimentos sociais? Viu-se lá na audiência pública os representantes do governo, os representantes de São Paulo. Talvez tenha saído nos jornais de São Paulo também a audiência pública daqui e por isso tinha gente de São Paulo e de todos os locais. Então, é o descaso que esse governo faz com as serventes.

Dizer que vai estar garantida também a situação das serventes?! Está garantido no edital por um ano. Está lá no edital! E nós não queremos discutir, eu não quero discutir o edital. A Rogéria pode até dizer: "Oh, o governo já está dado". Porque esse é um governo da maracutaia, é um governo que não negocia com ninguém, é um governo que não recebe ninguém (*palmas*). Então, o que nós podemos esperar? Não bota a cara à tapa, não vem para a mesa, nem senta com os trabalhadores, manda seus intermediários, que não têm voz, não têm caneta para assinar, sempre diz depois, depois e depois. Nós não podemos esperar mais nada. Temos é que lutar, companheiras. Só com a luta que vamos garantir, porque dizer que está colocado... Está aí a maracutaia. Tanto tem maracutaia, que foi contestada a licitação que o governo apresentou.

Então, nós haveremos de resistir, e lutando, porque a fala do governo não nos convence - principalmente um governo que mente, que faz maracutaia, que não negocia e não conversa. E na primeira audiência com o secretário Paulo Bauer, ele disse que iria discutir com o sindicato a situação das serventes. Quando? Nunca sentou para discutir. Sentou para apagar incêndio, porque nós fizemos o ato lá na frente em 20 de dezembro. Caso contrário, não teria sentado. E conseguimos reverter na luta, porque de mil demissões mudou para 157 demissões. Então, não esperem outra coisa desse governo.

Se nós não nos mobilizarmos, não irmos para frente e não pudermos contar com aqueles que estão do lado da discussão e contra a terceirização, a maracutaia desse governo será dividir o Estado e leiloar para as empresas, dar dinheiro público para as empresas privadas. É isso que está fazendo, e é isso que a representação aqui do governo acabou de confirmar na sua fala, a divisão do Estado e a maracutaia com o dinheiro público para as empresas privadas de alimentação, inclusive de fora do Estado, que não beneficia ninguém do nosso Estado. O governo está de mal conosco, não só com os trabalhadores, mas com o Estado de Santa Catarina, ele está governando para São Paulo. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Obrigado, Vanda.

Eu preciso fazer um acordo aqui com a platéia. Temos ainda dez inscritos e um tempo de trinta minutos, então a audiência vai chegar até o meio-dia se cada inscrito falar por três minutos. Como todos estão extrapolando o tempo, precisamos fazer um acordo: ou a gente sacrifica alguns inscritos, ou extrapolamos o meio-dia, ou mantemos os três minutos. Vamos manter o tempo de manifestação por até três minutos e eu aviso quando faltarem trinta segundos para terminar? A platéia me legitima nessa direção para que não tenha nenhum questionamento de democracia nesta audiência pública? Pode ser assim? O.k.

Concedo a palavra ao senhor Danilo Ledra, coordenador estadual do Sinte, por três minutos.

O SR. DANILO LEDRA - Primeiro, quero cumprimentar toda a mesa e fazer um cumprimento especial às merendeiras e serventes deste Estado, que estão presentes aqui hoje, porque a gente sabe de toda a dificuldade que elas têm para estarem aqui. Elas vivem hoje sob o jugo de direções autoritárias, indicadas político-partidariamente por esse governo do Estado que está colocado aí. Então, é uma dificuldade estarem aqui participando por causa do autoritarismo que está instalado nas escolas. (*Palmas*.)

A gente tem que sair daqui consciente do que significa a terceirização. A terceirização significa a precarização das relações e das condições de trabalho e, acima de tudo, a transferência de dinheiro público para enriquecer meia dúzia de empresários. É esse o resultado de todas as terceirizações que ocorreram neste país e neste mundo - e sempre caminham nesse sentido. Por isso, temos que combatê-la com todas as forças possíveis.

Não temos que nos iludir com alguns discursos aqui também, porque a política de terceirização vem sendo feita neste país por todos os matizes partidários, como disse a própria secretária da Educação aqui. Não é somente o PMDB que terceiriza, o PT também terceiriza, o governo federal também implanta política neoliberal quando privatiza poços de petróleo, rodovias, privatiza a universidade pública federal, quando vem privatizando o ensino superior.

Então, a política neoliberal não é exclusividade do governo estadual, a política de terceirização não é exclusividade do governo do PMDB, é de todos os matizes partidários que estão hoje no poder - e a gente precisa combater essa política de modo geral. Ninguém se iluda aqui que não há política de terceirização.

Se formos ler o PDE, Plano de Desenvolvimento da Educação, do governo federal, lá está dito com todas as letras: entre as diretrizes para estabelecer convênio entre o governo federal e o governo municipal, há constituição de comitês envolvendo empresários para a manutenção da escola pública, a manutenção da estrutura. O que é isso? Parceria público-privada. Isso é terceirização, é privatização, isso é construção do Estado mínimo - e nós temos que combater essa política. O governo do Estado faz a mesma coisa. Por isso nós temos que combater esse governo aqui também.

E quando a Vanda diz que esse governo mente; gente, ele mente descaradamente. Ela vem aqui dizer que está garantido o emprego das merendeiras que atuam hoje na escola. Isso é mentira! No edital diz que no máximo um ano; e depois, cuidem-se, virem-se, porque é um ano que eles vão garantir - e olhe lá. Então, é mentira quando ela diz que o emprego das atuais merendeiras está garantido. Não está.

Ela tem coragem de vir dizer aqui que é democrático, chama a gente para discutir. Eu tenho participado com esse secretário de Educação pelo menos em nove audiências e, em todas, ele vem com o discurso pronto e diz o que vai fazer. No máximo, ele nos ouve e não encaminha sequer uma reivindicação do nosso sindicato.

Então, vocês notem que a nossa luta é uma luta difícil, muito difícil. Por isso, temos que ampliar ao máximo as nossas alianças, não basta esse povo que está aqui. Precisamos triplicar, multiplicar essa nossa mobilização, porque, senão, nós não vamos derrotar essa política. Existem muitos interesses, e interesses de setores poderosos de dentro da nossa sociedade nessa terceirização, porque tem muito dinheiro público em jogo aí.

Nós temos que sair daqui com a tarefa de mobilizar as comunidades escolares, mobilizar outros setores organizados da sociedade civil e fazer pressão; sair daqui com a tarefa de iniciar, desde já, a pressão sobre cada deputado desta Casa contra essa política. Como a gente colocou, ela é extremamente nefasta e precisa ser combatida de todas as formas e com todas as forças que a gente tem à disposição.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Com a palavra a senhora Ana Jeanette; e depois o senhor Jorge Alves.

A SRA. ANA JEANETTE LOPES - Cumprimento a mesa, e bom-dia a todos.

Como representante do CAE e do CRN, eu gostaria só de lembrar dois itens: na ocasião da audiência pública o CAE foi convidado, foi-nos apresentado o projeto; e, depois, numa outra reunião com o CAE, nós não tivemos, até a data, acesso totalmente ao edital.

Voltando a falar na terceirização, eu gostaria de lembrar que nós devemos valorizar o PL 2.877. O seu parágrafo 8º do artigo 2º diz que a aquisição, o preparo e a distribuição de alimentação escolar deverão ser realizados por ente público. Uma empresa terceirizada não é um ente público, o ente público somos nós, Estado, que somos responsáveis pela alimentação escolar. Então, devemos valorizar o PL, porque ele sendo aprovado nós estaremos resguardando para que não haja a terceirização.

O segundo item que eu quero colocar é que quando a Rogéria nos fala que o Estado tem uma nutricionista e que com a terceirização serão cem nutricionistas, existe um grande equívoco. A responsabilidade técnica da alimentação escolar em todos os âmbitos, tanto municipal como estadual, deverá ser realizada por uma nutricionista responsável técnica.

No Estado de Santa Catarina não temos nem o cargo de nutricionista. Então, solicitamos uma ajuda dos nossos parlamentares para a criação do cargo. Nós, como CAE, estamos há quatro anos trabalhando, tentando dar encaminhamentos para que seja criado o cargo. Hoje o Estado tem uma nutricionista que exerce o cargo, mas é uma professora que está atuando como nutricionista, e é uma só para todo o Estado.

Agora, como diz a Rogéria, com a terceirização serão cem profissionais responsáveis pela alimentação escolar, responsáveis por uma alimentação saudável na ponta, trabalhando sob o aspecto pedagógico. Mas quero lembrar que mesmo que ocorra uma terceirização, numa hipótese muito longínqua, o Estado também deve ter o seu quadro de profissionais. Isso não vai eximir o Estado de ter o cargo de nutricionista e nutricionistas que vão supervisionar os terceirizados.

Então eu acho que primeiro nós devemos criar o cargo do profissional no Estado, porque não temos no quadro de profissionais o cargo de nutricionista, e como nós vamos atender a uma legislação em que o responsável técnico é o profissional.

Era só isso, obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Obrigado, Ana Jeanette.

Passo a palavra ao próximo inscrito, o senhor Jorge Alves Walendorff, coordenador do Sintraf de Xanxerê e região.

O SR. JORGE ALVES WALENDORFF - Bom-dia a todos. Cumprimento os componentes da mesa, o Pedro Uczai, que a está presidindo, os companheiros Dirceu e Padre Pedro, o nosso representante do Estado e o rapaz que veio de Brasília, que é responsável também pela merenda ou pelo alimento que é posto na mesa.

Quero cumprimentar também os professores, que foram capazes de trazer aqui as merendeiras, demonstrando uma preocupação com esses trabalhadores e trabalhadoras que estão no município. Aqui cito um exemplo lá de São Domingos: uma merendeira que está com 22 anos de trabalho e com mais de 50 anos de idade, que por estar com um problema sério de saúde não pode trabalhar. Ela será a primeira a ser mandada embora, sem quase nenhum direito. Agora, para quem ela vai trabalhar? Quer dizer, das três merendeiras que estão no colégio, com certeza é ela que vai ser mandada embora, porque é a que está com problemas de saúde. Então, só justificando para vocês que esse tipo de coisa que está sendo colocada aqui é uma coisa bastante difícil.

Eu não me apresentei, mas moro no município de São Domingos e sou agricultor de economia familiar.

A representante da Educação nesta audiência pública disse que não podemos quebrar, temos que pegar umas empresas de grande porte porque não podem ser quebradas. É isso? E nós, os agricultores, podemos pagar a conta e ficar fora de todo esse processo? (Palmas.) Nós não podemos vender o nosso produto, que é direto e que tem responsabilidade. Os professores conhecem a gente, dão aula para os nossos filhos, as merendeiras conhecem a gente. Como é que pode ser desse jeito? (Palmas.)

Recentemente surgiu a questão do PAA. Está difícil! A gente não consegue receber! De São Domingos a Xanxerê, são 45 quilômetros e já tem uma valeta de uma altura enorme no asfalto, viu pessoal? A minha secretária sai do Sindicato, vai até lá e volta! Chega lá, está errado, tem que trocar de novo! São quatro meses que a gente está lutando para receber. Agora vem mais a questão da privatização da merenda escolar. É isso que o governo do Estado quer de nós, da agricultura? Esse é o mal. Antigamente, pessoal, tinha uma charrete, um cara tocando e o cavalo era do padeiro, viu? Ele só enxergava para frente. Mudou alguma coisa, mas a visão do cavalo do padeiro ficou a mesma coisa dentro desses governos!

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Passo a palavra ao senhor Valdir Zembruski, agricultor familiar.

O SR. VALDIR ZEMBRUSKI - Bom-dia.

Meus cumprimentos aos deputados, às entidades aqui representadas, à Rogéria, representando aqui o Estado, a todos e a todas.

Quero dizer que compartilho da sua posição, porque há poucos dias discutimos em uma outra audiência pública segurança alimentar para Santa Catarina e, infelizmente, este Estado descentralizou demais, só havia uma pessoa representando o Estado.

Não dizer que não seja uma prioridade, mas uma crise de alimentos que o nosso mundo está vivendo, não discutir segurança alimentar e tratar merenda escolar da forma que vem sendo tratada, com certeza nos preocupa muito.

Quero apresentar aqui dois dados e dizer que o governo federal já investiu, através do Programa de Aquisição de Alimentos beneficiou nesses últimos quatro anos 432,8 mil famílias de agricultores familiares e como receptores desses alimentos 24,4 milhões de brasileiros. Isso é política pública pensada para pobre!

Aqui em Santa Catarina, infelizmente, estamos andando na contramão da história. Se por um lado o governo federal pensa em desenvolver os pequenos municípios, Alexandre, trata do desenvolvimento territorial através dos territórios da cidadania, trata dos consórcios de segurança alimentar, cria políticas que dão condições para isso, nós também pedimos 10% do investimento do Pronaf destinados para o PAA. Se vão ser R\$ 13 bilhões, R\$ 1.3 bilhões serão destinados para a compra de alimentos da agricultura familiar.

Desde 2007, o Programa do Leite do Nordeste investiu mais de R\$ 200 milhões, e lá o leite é levado (*ininteligível*), de jegue-pipa, funciona e beneficia os produtores.

Aqui em Santa Catarina nada pode. E aí, secretário, nós seríamos muito felizes se ao invés de contarem os garfos e facas das cozinhas, levassem assistência técnica para os nossos agricultores produzirem melhor. Se contar qual o potencial das agroindústrias familiares que temos e comparar com São Paulo, vejamos que despropósito: a nossa agricultura familiar do Grande Oeste, que hoje tem agroindústrias, tem dificuldade de comercializar sua produção!

Vejam: os pequenos municípios receberam asfalto. Para fazer o quê? Para levar merenda de São Paulo lá para Coronel Martins, para Marema, para Entre Rios, para Lajeado Grande?! (Palmas.) Quando é que vai ter desenvolvimento nesses municípios, gente?

É preciso inverter essa versão, gente; é preciso que se tirem produtos de lá e se levem para os restaurantes populares de Joinville, para outros centros, para centros em que está faltando alimentação. Daqui a pouco o povo vai ter dinheiro e não vai ter comida para comprar! Essa é a realidade que nós estamos vivendo!

Este governo precisa pensar em dar assistência técnica para os nossos agricultores para produzir, e produzir com qualidade, porque isso nós matamos no peito, Alexandre, nós nos desafiamos a produzir alimentos para esse povo.

Com certeza, se não viabilizarem as nossas agroindústrias, se não viabilizarem o Suasa, se não derem condições para esse nosso povo produzir, não vai ter Estado desenvolvido da forma que nós queremos.

Infelizmente, Rogéria, dizer que o Tribunal de Contas facilita para potencializar e negociar com grandes empresas, isso nós estamos carecas de saber! Fica muito mais fácil prestar conta! Agora, fica difícil trabalhar com o povo que quer vender um chuchu, que quer vender uma abóbora, que quer vender uma moranga, que quer vender o seu produto e quer ter qualidade de vida. E nós, os pobres de Santa Catarina, estamos dizendo: não deixem acontecer essa porcaria de privatização, porque nós não temos condições de ser incluídos num processo de política de exportação. Não é isso! Nós estamos com uma agricultura pobre, nós temos um município que tem o menor IDH em nossa região, o menor IDH do Brasil. É preciso pensar nesses municípios pobres, levar segurança alimentar, soberania alimentar com qualidade de vida para todo esse povo. Se nós, da agricultura familiar, estamos dizendo para vocês que somos capazes de produzir, é preciso, enquanto organização social, dizer para este Estado que se não for assim, vai ter que ser na marra!

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Com a palavra, por até três minutos, o senhor Sérgio Brunetto, vereador de Xanxerê.

O SR. VEREADOR SÉRGIO BRUNETTO (Xanxerê/SC) - Bom-dia a todos e a todas.

Eu quero cumprimentar a mesa, os deputados e a Rogéria. Estou notando que a Rogéria anotou bastante coisa aqui. Só espero que não seja para argumentar contra, dezenas, centenas de argumentos sérios, mas, sim, que seja para convencer o secretário da Educação, porque quando a gente fala *in off* com os seus comandados, quase que por unanimidade eles riem da prática do secretário de Educação do Estado de Santa Catarina.

Eu estive numa conversa com os trabalhadores da educação com os vereadores e um dos próprios vereadores do PSDB riu do secretário da Educação pelo seu autoritarismo, pela sua falta de democracia com as pessoas. Então, nós estamos em uma situação difícil, sim!

Esperamos, Rogéria, que você assuma aqui o compromisso de tentar convencer esse cidadão de que ele precisa ajudar o povo de Santa Catarina e não ajudar as empresas fortes de São Paulo (*palmas*). O povo de Santa Catarina precisa ser forte! E quero dizer o seguinte, Rogéria: o agronegócio produz alimento, produz feijão, mas sabe de quem eles vão comprar o feijão para comer? Lá da agricultura familiar, porque eles produzem para o mercado. E por que produzem para o mercado? Porque passam gramoxone e roundup dois dias antes de colher o feijão para ele ficar bonito. É para o mercado, vai ser levado aos colégios, às crianças um mínimo de qualidade que as empresas de São Paulo vão comprar. Agora, nós produzimos com qualidade e sabemos o que produzir!

Então, Rogéria, eu sei que você tem uma missão das mais difíceis, que é convencer esse secretário da Educação, que não se envergonha pela sua falta de democracia ao tratar os movimentos sociais, o Sinte (*palmas*), ao discutir com o povo de Santa Catarina.

É uma missão difícil, Rogéria! Sinceramente, é uma missão difícil, porque eu já vi outras pessoas que participam da Secretaria de Educação *in off* dizerem que não dá para convencer o fulano. Líderes autoritários do passado devem estar se remexendo no túmulo ao ver o que está acontecendo com a educação em Santa Catarina, o desrespeito com os professores, com as merendeiras e com os vigias.

Então, é uma missão difícil. Está também em nossas mãos, precisamos nos organizar, porque as pessoas que estão vivendo esse processo em Santa Catarina... O pessoal da educação não vai se virar sozinho. Nós, enquanto pais, enquanto lideranças, precisamos nos juntar e montar uma estratégia de luta para convencer de que essa política do governo do Estado está equivocada. Nós precisamos nos organizar cada vez mais.

Só quero dar esse recado para a Rogéria: vai ser uma atividade muito pesada você convencer esse secretário a mudar essa filosofia de privilegiar as grandes empresas e fazer com que as mães que fornecem esse produto... E quero colocar: não é somente os agricultores, é distribuir renda para os 70% mais pobres da população brasileira, que são as mulheres. Quando uma mãe fornece o seu produto, uma cuca, um bolo, uma bolacha às crianças, ela também está tendo renda para alimentar a sua família.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Obrigado, Sérgio.

Com a palavra o senhor Jorge Afonso Defant, agricultor familiar.

O SR. JORGE AFONSO DEFANT - Quero cumprimentar todos os membros da mesa.

Sou produtor, perdi a mão aos 19 anos de idade e estou bem careca de tanto produzir. Agora que tem o nosso governo Lula, que começou a tirar os burros do banhado para começar a andar de cabeça erguida, ter um dinheiro no bolso de vez em quando, estão querendo achar que as cooperativas dos pequenos agricultores não têm mais direito de fazer produto para vender para as pessoas. Fico indignado com a falta de uma mão. Perdi a mão, mas não perdi a cabeça!

Quero sempre lutar para termos coisas boas. Eu só faço produto de qualidade, sou pequeno produtor, mas só faço com qualidade. As grandes produções só têm porcaria. As grandes produções mesmo, não têm qualidade. Por exemplo, quando o meu rapaz era pequeno, comeu uma dessas paçoquinhas e dentro tinha um grão de feijão. Pena que éramos meio burros naquela época, nós não sabíamos que podia pegar a paçoquinha e denunciar.

Então, fico indignado com isso, em não nos deixar vender mais o produto. A secretária falou assim: "(*ininteligível*) pode fazer licitação em qualquer região". Mas que licitação vai ser essa?

Hoje, com aquele programa do governo, estamos vendendo rapadura a cinco e pouco. Já sobra pouco. Vender para uma empresa, repassar para aquela empresa, então não vamos mais produzir! Vamos ter que ir para o Estado de São Paulo para produzir lá! Vamos acabar com os produtores Santa Catarina! Vamos todos para São Paulo! Vão ficar aqui aqueles que têm um bom dinheiro no bolso, que acham que podem comprar as coisas que querem, enfiar goela abaixo os produtos que eles têm. Coitadas das crianças, dos alunos!

Fico nervoso quando vejo essas coisas, quando falam nessas coisas. Se eu tivesse estudado, poderia falar um pouco melhor, mas só pensamos em trabalhar (*palmas*). Agora, quando estamos levantando do chão, querem pisar em cima de nós. Só querem berço de ouro. Os coitados que se danem. Podem ir para o inferno, se quiserem ir, porque não há outro lugar para ir, porque não adianta trabalhar, vão vender para quem?! Tudo que faço é sempre coisa boa, umas dez pessoas que estão aqui podem testemunhar, todo mundo quer os meus produtos. Sou pequeno produtor, mas a minha rapadura é feita com amendoim escolhido em cima da mesa. Qual a indústria que vai colocar pessoas para escolherem o amendoim na mesa, botar fora os ruins e vender somente os bons, com qualidade, para as pessoas comerem?

Se todo mundo fechar as portas, não sei aonde ir. Acho que ir para o estrangeiro será melhor, porque do jeito que estão querendo fazer aqui em Santa Catarina... Assistam à TV Educativa do Estado do Paraná e vejam quem está produzindo. Lá eles compram os produtos dos pequenos produtores para a merenda escolar.

O prefeito de uma cidade disse quem quiser tomar sopa orgânica que vá ao mercado e compre (*ininteligível*) Isso eu escutei (*ininteligível*).

Fico indignado com essas coisas. Vamos ver se elas mudam pelo bem, porque senão vamos ter que fechar as portas e pedir esmolas por aí. Nós temos muito que trabalhar!

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Obrigado, Jorge.

Com a palavra o senhor Luiz Fernando Ribeiro da Luz, do Movimento dos Pequenos Agricultores.

O SR. LUIZ FERNANDO RIBEIRO - Bom-dia ao pessoal da mesa e ao povo catarinense que aqui compareceu.

Quando o Padre Pedro tocou na questão do neoliberalismo, de como ele aparece na nossa cidade, é importante notarmos que isso não é uma coisa isolada. O que está acontecendo aqui é a ponta de uma coisa que movimenta o mundo todo. O neoliberalismo requer controle político, econômico, militar e energético, controle sobre recursos naturais, sobre a educação e agora também sobre a alimentação. É importante ele fazer essa teia, e ele prega uma mentira básica (para mim, essa questão é uma mentira), do estado mínimo. Só que essas grandes empresas, esses grandes grupos econômicos funcionam mesmo com o braço do Estado, com o recurso público. Se pegarmos uma grande agroindústria de Santa Catarina, veremos que a história se passa investindo nessas grandes agroindústrias, por isso tantos pequenos agricultores, que tinham controle sobre sua alimentação e sobre a sua saúde, tiveram que sair do campo para a cidade. E para fazer o quê? Mão-de-obra barata para essas mesmas empresas! E agora vem aí esse discurso, essa balela continuada dessas políticas de terceirização e privatização.

Uma outra questão que eu queria comentar é uma pergunta que foi feita aqui: quanto vai lucrar essa empresa que vai terceirizar? Qual a margem de lucro dela? Uma é oficial e a outra, depois, por baixo dos papéis, qual vai ser a margem de lucro? Não sabemos! Esse projeto da terceirização da merenda escolar está aí para obrigar a criança a comer ração, a entrar nos enlatados. Os produtos orgânicos, o produto de qualidade vai ficar para a burguesia, para aqueles que frequentam escolas particulares. Os nossos filhos vão comer ração, assim como eles dão ração para porcos, galinhas e gado. Essa é a qualidade que está posta aí!

Nós, do Movimento dos Pequenos Agricultores, somos contra. Não vamos nos entregar fácil! Inclusive, aqui no Estado, por trás da questão da merenda escolar, tem um monte de coisas que precisam ser discutidas, é a questão de toda a legislação que o companheiro falou aqui antes, que beneficia as grandes empresas e deixa de lado os pequenos agricultores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Obrigado, Luiz.

Com a palavra o vereador Marcos da Silva Creminácio, de Caçador.

O SR. VEREADOR MARCOS DA SILVA CREMINÁCIO (Caçador/SC) - Bom-dia a todas e a todos. Inicialmente cumprimento os deputados presentes, o Rui e a representante da Secretaria.

Muito do que eu gostaria de falar já foi dito aqui, mas quero... E acredito que a representante da Secretaria também não acredita nisso que o governo está fazendo, ela está aqui como técnica que é, subordinada à Secretaria. Na verdade, hoje, quem manda na política catarinense é o Bornhausen. O PMDB se acabou e ficou o Bornhausen.

Eu quero dizer também que quanto à questão liberal, eu sou vereador do PT, ex-dirigente do Sinte, não porque abandonei a luta, mas para cumprir o meu mandato que também foi conferido pelos professores. Nós continuamos na luta.

É importante dizer que 90% das serventes e merendeiras merecem o nosso respeito - os 10% restantes são nomeados por indicação política e fazem também o jogo do governo contra os professores e contra o Sinte.

Eu quero dizer que, sem exceção, todos os deputados da bancada do PT têm feito o seu papel contra o neoliberalismo, contra as privatizações. E quero tocar num ponto que o governo do Estado esqueceu. O governo do Estado, assim que privatizar a merenda, vai atacar alguns dos seus próprios financiadores de campanha, que são os da ACI e os da CDL, porque esse pessoal vai perder dinheiro. Nós estamos avisando agora, como avisamos no passado: vocês estão financiando, vocês estão criando a cobra que vai picar vocês depois; vocês vão perder dinheiro. Mas como só o lucro é o que os move, então agora eles estão preocupados com a privatização que o governo do Estado vai fazer, porque os pequenos comércios locais, as ACIs, as CDLs, os agricultores, já foi citado aqui o problema, vão perder dinheiro também.

Talvez o governo se sensibilize com eles, que são seus parceiros e financiadores de campanha. Se eles reclamarem, dizendo: governador, nós que financiamos você, e agora vai tirar o nosso lucro, a nossa renda? Talvez por aí eles acordem.

Era isso. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Concedo a palavra ao Oclides Rodrigues, da União Catarinense dos Estudantes.

O ESTUDANTE OCLIDES RODRIGUES - Bom-dia a todos e a todas, bom-dia à mesa, a todos que estão fazendo essa luta diária pela questão da alimentação escolar, que não só atinge os pequenos agricultores e as merendeiras, mas também os estudantes catarinenses, pois que acabam sendo prejudicados por esse descaso do governo - a representante do governo agora não está presente para a gente, como União Catarinense dos Estudantes, colocar a posição de todos os estudantes sobre esse processo.

O governo do Estado acaba contrariando todas as diretrizes da educação quando não prioriza uma educação de qualidade, que começa a ser concretizada a partir da alimentação escolar. E eu trago aqui um dado para todos os companheiros, para todas as companheiras, para os deputados, para a associação e também para o governo do Estado - que agora não está presente: dentro da evasão escolar no Brasil, 660 mil estudantes são prejudicados pela falta da alimentação ou por uma alimentação de péssima qualidade. Em Santa Catarina são mais de 25 mil estudantes... colocados com esse princípio da ilegitimidade desse governo, que só coloca para nós privatização. Qualquer tipo de problema que o governo do Estado tenha, ele privatiza, terceiriza. Foi assim com os vigilantes, foi assim com a questão da saúde, do Hemosc e do Cepon.

Então o governo do Estado acaba levando ao cerne do debate simplesmente a privatização, por não ter medidas, por não ouvir a comunidade, por não ouvir o povo catarinense, e as medidas que tem são contrárias.

O companheiro Rui colocou aqui como grande questão que dentro do governo federal existe o Projeto de Lei 2.877. O artigo 2º desse projeto diz que são diretrizes da alimentação escolar: "O emprego da alimentação saudável e adequada, que compreende o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, tradições e hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica." Isso mostra que o governo do Estado, além de desrespeitar, não conhece a tradição, não conhece a realidade de cada município.

Por isso estamos aqui participando desta discussão, que é para dizer ao governo do Estado que somos contrários à privatização, contrários à terceirização, e que os estudantes catarinenses estão apoiando desde as merendeiras até os pequenos agricultores.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Obrigado. Concedo a palavra à estudante Christhyane Sangalli, da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.

A ESTUDANTE CHRISTHYANE SANGALLI - Bom-dia a todos. Eu estudo no Colégio Nossa Senhora da Salette, em Maravilha, e gostaria de fazer uma pergunta para a Rogéria, representante da Secretaria da Educação: ela disse que as merendeiras seriam demitidas e recontratadas pelas empresas, mas qual a garantia de que as empresas vão admitir essas merendeiras? Vamos supor que tenha merendeira com 52 anos de idade, faltando 6 anos para se aposentar, que ela tenha problemas de saúde ou alguma outra coisa, será contratada ou não?

(Manifestação inaudível fora do microfone.)

O.k., beleza. Era essa a pergunta que eu queria deixar. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Primeiramente quero agradecer a presença de todos vocês. São 12h03min, passamos três minutos do que estava previsto, estão de parabéns todos os oradores que permitiram este momento democrático.

Agora vamos para os encaminhamentos, para as considerações, e como todos têm presente que o debate foi na polarização com a Secretaria da Educação, na sequência passaremos a palavra à professora Rogéria, que representa aqui a Secretaria da Educação, para responder à pergunta da Christhyane e tantos outros questionamentos.

Eu captei aqui seis propostas em todas as falas, vamos ver se eu consigo sintetizá-las. E por que estou fazendo isso agora? Para que as considerações finais dos membros da mesa, daqueles que gostariam espontaneamente de fazer uso da palavra, possam legitimar ou não esses encaminhamentos, tirados das diferentes posições colocadas aqui nesta manhã.

Primeira proposição: continuidade da mobilização das merendeiras, com as várias sugestões de muito barulho, retomada do painel. Ou seja, a continuidade da mobilização das merendeiras para se contrapor à terceirização e possível destituição dos seus cargos a partir de um ano do funcionamento dessa licitação. Segunda: tirar um documento ou a aprovação aqui desta plenária no sentido de que se solicite ao Congresso Nacional a aprovação do PL 2.877, o mais rápido possível - e vocês sabem todo o conteúdo desse projeto do governo federal, que já foi explicitado pelo Antônio. Terceira: continuidade e ampliação dos recursos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e que possa ser também política pública para a merenda escolar no País.

Como quarta proposta, temos que o repasse de recursos públicos do governo federal aos governos estaduais seja condicionado à compra direta dos pequenos agricultores para a merenda escolar. Quinta: que seja construída uma política de criação do cargo de nutricionista para orientar a alimentação saudável - o próprio Rui trouxe aqui a necessidade, assim como os depoimentos dos agricultores demonstram a necessidade do alimento saudável, que pode passar por produção agroecológica, por produção orgânica, coisa que os pequenos agricultores sabem fazer ou se dispõem a produzir ao longo do tempo, dentro de um planejamento.

A sexta proposta, que sintetiza diferentes depoimentos aqui, mas pode evidentemente ter divergência, é o cancelamento definitivo do processo de licitação que propõe a terceirização da merenda escolar no âmbito de padronização estadual.

Pelo menos aqui, como professor, como coordenador dessa mesa, eu tentei captar as diferentes falas de vocês, e esses são os seis encaminhamentos propostos aqui. Que as considerações finais sejam nessa direção.

Há uma sétima proposta, que acredito também não vai ter questionamento, que é ser tirado uma moção de apoio ao Projeto de Lei 124, de 2007, que destina 50% dos recursos da merenda escolar diretamente às escolas públicas estaduais. A proposta altera a Lei 10.931, que trata da descentralização da merenda escolar. Que os 50% da merenda escolar sejam oriundos da agricultura familiar. É isso? Então, essas são as sete propostas.

Então, vamos para as considerações finais. Não como coordenador desse trabalho, mas como deputado, eu queria fazer algumas considerações. Primeiro, quero dar parabéns a todos vocês pela mobilização; segundo, pelas diferentes posições democráticas; e, terceiro, pelo diálogo contraditório e conflitivo que se manifesta numa audiência pública - esse é o papel da audiência.

Agora, em relação à posição do companheiro Danilo, do Sinte, eu queria só fazer uma observação: toda a discussão da merenda escolar e todo viés da nossa audiência pública (e acredito que seja a posição dos deputados Padre Pedro e Dirceu Dresch, que também estão aqui representando a nossa Bancada e o Parlamento) caminham justamente ao contrário da denúncia feita de privatização ou de experiência neoliberal.

Quanto à lógica da política pública de privatização de uma universidade federal, como foi colocada aqui, eu vejo ao contrário. Nós estamos ampliando as universidades públicas, ampliando a Escola Técnica Federal, estamos dando condições de tornar cada vez mais pública, universal.

Então, eu gostaria de registrar aqui, por questão até de justiça, a minha convicção, porque todos que falam aqui têm que ter responsabilidade sobre tudo que falam, e eu não concordo com essa visão, penso o contrário. E o PDE, Plano de Desenvolvimento da Educação do País, é universalizar cada vez mais o direito público, a educação pública neste país. (Palmas.)

Portanto, quero manifestar dessa forma, num diálogo democrático, nos meus dois minutos, como parlamentar e não como coordenador dessa mesa. Mas disponho-me, com o professor Danilo, quando produzirmos outros diálogos sobre esses temas, a fazer outras discussões nesse aspecto colocado aqui.

A audiência pública não é para buscar o consenso, mas para buscar o diálogo, as diferentes posições. Então, vamos passar a palavra à professora Rogéria, que representa aqui o secretário da Educação Paulo Bauer, a Secretaria de Educação, portanto representa o Estado de Santa Catarina, para as suas considerações, por cinco minutos.

A SRA. ROGÉRIA DIEGOLLI - Em primeiro lugar, eu pedi para falar até porque fui citada muitas vezes. Em momento algum eu retruquei essas falas, porque acho uma deselegância. Quando uma pessoa está falando, eu acho que a gente deve se manifestar após a fala.

Então, em primeiro lugar, eu queria deixar claro que o secretário Paulo Bauer não veio a esta audiência porque nós recebemos o convite dia 12, e o secretário do Estado tem uma agenda lotada. Ele não tem condições de estar presente em todos os convites, principalmente os que chegam muito em cima do laço. Está aqui o convite, eu posso mostrar para vocês que saiu daqui dia 11 e chegou na Secretaria dia 12.

Em segundo lugar, eu realmente anotei muitas coisas e nenhum dos dois motivos pelos quais disseram que eu tinha anotado é verdadeiro. Eu não anotei para convencer o secretário Paulo Bauer do contrário do projeto; anotei, principalmente, por acreditar no processo dessa maneira e por ter sido convencida pelas visitas que fiz às escolas que terceirizaram a alimentação escolar. Eu anotei todas as falas para tentar comportar no edital, no nosso processo de terceirização, os itens aqui levantados. Porque é isso que a gente está tentando fazer: comportar todos esses itens para que não tenhamos problemas futuros.

Não vou convencer o secretário Paulo Bauer por acreditar nesse processo, mas por ter visto muitas escolas que terceirizaram e que melhoraram a qualidade [da merenda escolar]. Acho uma ofensa uma pessoa chegar aqui e dizer que nós vamos dar ração de porcos para os nossos alunos. Eu fui, durante vinte anos, professora de 1ª série, uma alfabetizadora, e respeito muito os professores, as escolas e os nossos alunos. É uma ofensa ao Estado, à pessoa do secretário e à minha, como educadora, dizer que estamos terceirizando a alimentação escolar para dar ração de porcos aos alunos. É uma ofensa! Não acho que é uma ofensa pessoal, porque quem está aqui representando a Secretaria é a minha pessoa jurídica, mas a minha pessoa física se ofendeu profundamente. Além do que, eu não acusei ninguém aqui de desviar a alimentação das escolas. Não acusei nem merendeiras, nem cozinheiras, nem as pessoas que deveriam estar entregando às escolas, mas acontece. E vocês acusaram a Secretaria de que o processo de terceirização não é limpo, não é transparente - é uma ofensa também!

Eu acho que vocês deveriam ver a página da Secretaria, o edital está lá, a ata de audiência está lá, é um processo em que 67 pessoas tiraram o edital, 13 empresas estão participando. Eu acho que é incauto da parte das pessoas que estão acusando sem provas o governo do Estado de estar levando vantagem nessa licitação. Provem isso! Provem primeiro! Vocês não podem acusar as pessoas de estarem envolvidas em processo sujo, em processo ilícito, porque isso não está acontecendo. E se, por acaso, vocês vêm aqui no palanque acusar, têm que ter provas! Senão eu posso processar as pessoas que estão colocando o meu nome nessa situação. Eu tenho esse direito também. Se vocês têm o direito de falar, eu também tenho (*vaías*)...

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Vamos garantir, então, a manifestação da professora Rogéria...

A SRA. ROGÉRIA DIEGOLLI - Não estou sendo mais prepotente do que muitas pessoas que falaram aqui. Não estou sendo.

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis.*)

Muitas mentiras também foram faladas aqui, mas eu não vou responder individualmente. O que eu vou responder são as coisas que foram levantadas aqui.

Primeiro, o ensino médio vai ser contemplado, sim, a partir do momento em que sair essa lei. Segundo, as empresas estão sendo avisadas, através do edital, de que devem recontratar as merendeiras, sim. Nós vamos colocar uma cláusula, inclusive (vamos retirar pelo menos um ano), para proteger ainda mais as nossas merendeiras. Em nenhum momento queremos prejudicar alguém. São todas as coisas que eu anotei aqui, para que a gente consiga comportar no edital.

Nós fizemos uma audiência pública no dia 7 de fevereiro, sim. Todos nós da Secretaria já estávamos trabalhando e também todas as pessoas das escolas - e eu acredito que os sindicatos também estavam trabalhando no dia 7 de fevereiro.

Sobre criar o cargo de nutricionista, já está sendo feito um estudo, fala-se há muito tempo sobre isso e nós vamos tentar, através da Assembléia, criar esse cargo.

As empresas (e isso está no edital, eu não vou chover no molhado, não vou falar novamente), nós vamos comportar no edital uma cláusula que diz que as empresas têm que comprar uma porcentagem *x* da agricultura familiar. Até agora eu estava comportando 30%, mas nós podemos aumentar essa porcentagem. Vai ser comportada.

Essa cláusula é muito importante. No momento, nós não estamos podendo comprar da agricultura familiar, não existe uma lei. Ah, vai existir? Essa lei não chegou ainda! Então, nós não tínhamos como comportar essa agricultura familiar.

Pequenas empresas também vão comprar, vão ser contempladas aqui do Estado, porque é óbvio, não entra na cabeça de ninguém que as empresas de São Paulo, no caso, como vocês falaram, que vão ganhar essas licitações porque são empresas fortes, não vão comprar os alimentos perecíveis na região. Elas vão trazer de São Paulo, vão trazer de onde os alimentos, a alface, o tomate, a carne? É óbvio que vão ser comprados na região.

Outra coisa: quando eu falo em empresa forte, eu digo que a empresa não pode ser uma empresa pequena, que corra o risco de quebrar e deixar o nosso aluno sem alimentos. Por isso nós colocamos alguns índices financeiros que exijam que a empresa seja uma empresa forte.

Espero ter comportado todas as questões que foram colocadas. Infelizmente, notei que muitas das falas aqui se tornaram uma discussão política e não uma audiência pública relacionada à alimentação escolar só, mas, sim, um palanque de discurso político, o que foi uma pena.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Obrigado, Rogéria.

Nos encaminhamentos sugeridos aqui, nos sete encaminhamentos, foi colocado um adendo numa sugestão, num dos pontos: que o governo federal, quando repassar recursos para os Estados, que não sejam somente direcionados para a compra de alimentos da agricultura familiar, mas também seja contemplada a piscicultura e a maricultura familiar, já que somos responsáveis por 90% da produção nacional de ostras. Então, acrescentar peixes e produtos da maricultura, principalmente da região do litoral. Pode ser? Há acordo. (*Palmas.*)

Senhoras e senhores, já são 12h18min, já passamos dezoito minutos do nosso tempo. Portanto, temos que ser breves aqui, ver se há alguma divergência nos encaminhamentos. No que tem consenso, não vamos dialogar. Queremos saber se há alguma divergência nos sete encaminhamentos. Se não houver divergência... É evidente que estamos aqui, a professora Rogéria também, respeitando as posições minoritárias do plenário, desta audiência, como a posição da continuidade da licitação. Acho que temos que captar aqui os sentimentos da maioria.

(*Participante não identificado manifesta-se fora do microfone: "Dá para esticar a audiência pública por mais umas três horas?"*)

Não tem como, porque temos problemas inclusive organizativos, de estrutura de trabalho na Assembléia, de gravação da TV AL, que está transmitindo para todo o Estado de Santa Catarina, e acredito que já foi contemplado aqui o grande debate e os encaminhamentos. Se tiver divergência de encaminhamento, se manifestem; se tiver acordo, vamos em frente.

Deixo livre a palavra para as considerações finais.

O SR. ANTÔNIO VALMOR DE CAMPOS - Deputado Pedro, primeiramente quero fazer um agradecimento - evidentemente respeitando todos os companheiros e companheiras - ao povo que veio do Oeste para cá em caravana. (*Palmas.*)

Deputado Pedro, simbolicamente quero te entregar os primeiros documentos que chegaram contrários à privatização da merenda escolar - nos próximos dias vamos entregar os abaixo-assinados, a posição das Câmaras, da própria Assembléia, as proposições contrárias a esse encaminhamento.

(*Procede-se à entrega do documento.*) (*Palmas.*)

Como encaminhamento, acho que tem uma coisa que foi mencionada aqui que talvez mereça atenção, apesar do encontro dos serventes e merendeiras à tarde, que é reafirmar a nossa proposição de criação de um plano de carreira que resgate a dignidade, que garanta o vale-alimentação, o plano de saúde para serventes e merendeiras. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Então, Antônio, poderíamos incluir mais um ponto específico nos encaminhamentos: planos de cargos e salários de carreira para serventes e merendeiras da educação pública do Estado de Santa Catarina. É isso?

O SR. ANTÔNIO VALMOR DE CAMPOS - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Tem acordo, então. Pode ir em frente.

O SR. ANTÔNIO VALMOR DE CAMPOS - Eu quero dizer, professora Rogéria, que nós não somos acéfalos. Nós temos posições políticas, sim, e acredito que o governo do Estado não foi ofendido ou desrespeitado por ninguém. Todas as falas aqui foram a expressão legítima do sentimento dessas pessoas humildes mas que têm características, têm respeito pelas suas coisas. (*Palmas.*)

E faço um desafio, professora Rogéria: se for para processar alguém, que processem os dirigentes do Sinte. Coloquem o meu nome para ser processado e não o de nenhum componente que está aqui (*palmas*). Desafio o governo do Estado a nos processar pelo que foi dito aqui! Desafio! (*Palmas.*)

Aliás, quero dizer a vocês aqui que não são educadores que a prática deste governo tem sido a da punição, a da coação contra os professores deste Estado. Em 26 anos de magistério, pela primeira vez na minha história de vida profissional vi Santa Catarina descontar salário de professor que participou de assembléia da sua categoria, o que é proibido constitucionalmente, mas este governo fez. (*Palmas.*)

Eu quero dizer o seguinte, para concluir: é preciso de uma vez por todas dizer para este governo que o que nós queremos é que o dinheiro público de Santa Catarina seja respeitado. Nós queremos que se resgate o direito e a dignidade das serventes e merendeiras; que o governo seja para todos, não só para os amigos do governador ou para os imperadores que mandam neste Estado! Está na hora de a gente realmente descentralizar. Agora, descentralizar significa acabar com o processo de centralização na compra dos uniformes, na compra da merenda escolar e fazer com que cada canto deste Estado se desenvolva, mas se desenvolva respeitando as suas características históricas, culturais, dos pequenos agricultores, da educação pública e da dignidade desse povo.

Obrigado pela oportunidade.

Obrigado por estarem aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Mais alguém gostaria de fazer uso da palavra para as considerações finais em relação aos encaminhamentos?

O SR. ALEXANDRE BERGAMIN - Eu queria fazer um acréscimo ainda nas propostas encaminhadas aqui em relação à isenção do ICMS dos produtos que vão ser comercializados ou que já estão sendo comercializados no Programa de Aquisição de Alimentos. Esperamos, na futura compra desses produtos por parte do Estado, que é uma reivindicação que já está sendo feita...

Também já foi levantada aqui - e acho importante mencionar - a questão da assistência técnica para que a gente possa fazer um acompanhamento e um planejamento da produção ou das propriedades dos agricultores e garantir a inclusão, também, aí sendo beneficiados os hospitais, os presídios e as entidades de assistência social com o recebimento desses produtos da agricultura familiar. É importante que isso seja incluído nos encaminhamentos.

Da nossa parte, queremos dizer que estamos juntos na luta para mudar os rumos do Estado, e mudar, com certeza, para melhor.

Obrigado e boa luta para todos nós. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Em meu nome, em nome do deputado Padre Pedro, em nome do deputado Dirceu Dresch, em nome da Comissão de Educação, quero agradecer a todos vocês. Com certeza esta audiência pública, com os oito encaminhamentos (o oitavo que surgiu foi com relação aos serventes e merendeiras), permitirá a continuidade dessa mobilização. Quem sabe o espaço dessa mobilização de hoje alimente mais energia para que todos, de forma legítima, continuem a luta pelos seus direitos. Acho que este é o espaço democrático da pluralidade, da democracia, que permitiu a todos a manifestação a partir da sua experiência, da sua concepção democrática.

É dentro desse espírito que nós acreditamos que cumprimos a nossa tarefa de Parlamento catarinense como um dos espaços mais democráticos ao permitir que vocês se manifestassem, ao permitir que vocês se mobilizassem para continuar a luta por direito, porque é essa democracia que permite essa luta.

Muito obrigado pela presença de vocês.

Boa caminhada, boas lutas a todos vocês. (Palmas.)

Está encerrada a audiência pública.

DEPUTADO PEDRO UCZAI

PRESIDENTE

*** X X X ***

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

Aos cinco dias do mês de agosto de dois mil e oito, sob a Presidência do Deputado Jean Kuhlmann, amparado no Art. 128 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da décima primeira reunião ordinária da Comissão. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados Jean Kuhlmann, Elizeu Mattos, Professor Grandó e José Natal Pereira. Em seguida, o senhor Presidente colocou em discussão e votação a ata da reunião anterior - que foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo colocou em discussão e votação os Projetos de Lei nºs 0087.2/2008, que "Autoriza o Governo do Estado a instituir o Programa "Santa Catarina Agradece". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0095.2/2008, que "Institui a Semana Estadual das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais no Estado de Santa Catarina". Relator: Deputado Renato Hinnig. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0176.2/2008, que "Declara de utilidade pública a Associação Vida Nueva, com sede no Município de Palhoça". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0187.5/2008, que "Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Centro Educacional Céu Azul, do Município de Porto União". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0188.6/2008, que "Declara de utilidade pública a Associação Cultural e Esportiva Sand&Snow Board, do Município de Florianópolis". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0200.7/2008, de autoria do Deputado Reno Caramori, que "Declara de utilidade pública o Caçador Atlético Clube, com sede no Município de Caçador". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0201.8/2008, que "Declara de utilidade pública a Associação Comunitária e Cultural de Mirim Doce, com sede no Município de Mirim Doce". Relator: Deputado Renato Hinnig. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0203.0/2008, de autoria do Deputado Jean Kuhlmann, que "Declara de utilidade pública a Associação Cultural Friends Kreis, com sede no Município de Blumenau". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade e o PL 0640.5/2007, de autoria do Deputado Moacir Sopelsa, que "Declara de utilidade pública o Coral Encantos, no Município de Florianópolis". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade - com emenda aditiva; os Ofícios nºs 0100.0/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação Comercial e Industrial de Itapema - ACITA -, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0103.3/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Hospital de Caridade São Braz, de Porto União, referente ao exercício de 2007". Relator:

Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0109.9/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Comunidade Evangélica de Joinville, referente ao exercício de 2005". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0114.6/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Sociedade Cultura Artística - SCAR, de Jaraguá do Sul, referente ao exercício de 2006". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0115.7/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas - CICAF, de Joinville, referente ao exercício de 2006". Relator: Deputado Jean Kuhlmann. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0123.7/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Apiúna, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0124.8/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Doutor Pedrinho, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0126.0/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Centro de Educação Amiguinho Feliz, de Blumenau, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0130.6/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Serviços Sociais Voluntários de Massaranduba, referente ao exercício de 2006". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, pelo diligenciamento, foi aprovado por unanimidade; 0137.2/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Serviços Sociais Voluntários de Jaraguá do Sul, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0139.4/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Fundação Educacional de Criciúma - FUCRI, de Criciúma, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0144.1/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Sociedade Promocional de Blumenau do Menor Trabalhador - PROMENOR, de Blumenau, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0148.5/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação Beneficente Amigos da Região do Vale do Itajaí, referente ao exercício de 2007/2008". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0149.6/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Hospital de Caridade e Maternidade São José, de Urubici, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Renato Hinnig. Posto em discussão e votação o parecer, pelo diligenciamento, foi aprovado por unanimidade; 0152.1/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Ação Social Paroquial de Capoeiras, de Florianópolis, referente ao exercício de 2007 (denominação estatutária: Obras de Assistência Social Dom Orione de Capoeiras)". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade, e o Of. nº 0155.4/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Anita Garibaldi, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Jean Kuhlmann. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade. Nada mais a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu, Estela Maris Rossini, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia.

Deputado Jean Kuhlmann

Presidente

*** X X X ***

ATA DA PROCURADORIA

José Carlos da Silveira - Procurador - Presidente Adjunto

Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 1663ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de setembro do ano de dois mil e oito, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-geral adjunto, José

Carlos da Silveira, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembléia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1663ª sessão ordinária. Presentes: Doutores Anselmo Inácio Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos, Luiz Alberto Secon, José Buzzi, Nazarildo Tancredo Knabben, Fausto Brasil Gonçalves e Sérgio Augusto Machado. Aprovada a ata da sessão anterior. Ao iniciar os trabalhos o Senhor Presidente deu conhecimento do parecer exarado no Ofício nº 8332/2008 - RE258/2008 - NUDIS/COR/SR/DPF/SC, Interessado: Richard Dottori Gaspar - Delegado de Polícia Federal "agendamento dia, hora e local para tomada de declarações da Deputada Ada de Luca". 1) Em regime de vista: Processo nº 1405/08, de Moisés de Faria, retirado de pauta em razão de pedido de vista concedido ao Dr. Luiz Alberto Secon. 2) Relatoria do Dr. Anselmo Inácio Klein, aprovados pareceres por unanimidade pelo indeferimento aos processos: Processo nº 1602/08, de Maria Emília Silveira Wolff e Processo nº 1603/08, de Fernando Guilherme de Brito Ramos. Continuando, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1678/08, de Sérgio Machado Faust e Ofício SST-37/2008 de 11/09/08, Interessada: Cinara Sales Graeff - Procuradora Regional do Trabalho e Coordenadora-Geral do Fórum Saúde e Segurança do Trabalhador do Estado de Santa Catarina "solicita espaço Plenarinho desta Casa para coletiva e divulgação a carta aos candidatos(as) mandatos de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador". 3) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1576/08, de João Roberto Pio; Processo nº 1617/08, de Fátima Regina Pereira, e aprovado parecer pelo indeferimento ao Processo nº 1623/08, de Rosângela Maria Borges Bottaro. 4) Relatoria do Dr. Luiz Alberto Secon, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1696/08, de Vânia Elizabet Samuel de Toledo e Consulta Of. CL nº 355/08 de 10/09/08, Interessado: Coordenadoria de Licitações "Minuta de Contrato com a Empresa LL Ventura Consultoria Ltda.". O Relator solicitou ainda, inclusão extra-pauta, do Ofício GERIN/098/2008 de 11/08/08, Interessado: Leandro Rebello - Gerente IPREV - pensão Laudelino Ramos/Adalgacia Maria Ramos", que teve parecer aprovado por unanimidade. 5) Relatoria do Dr. José Buzzi, aprovados pareceres por unanimidade pelo indeferimento aos processos: Processo nº 1610/08, de Edson Peres Benedet; Processo nº 1624/08, de Valéria Cabral Carvalho; Processo nº 1642/08, de Mayra Fernanda dos Prazeres Menezes e Processo nº 1474/08, de Magno Fernando Pamplona. 6) Relatoria do Dr. Nazarildo Tancredo Knabben, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processos nº 1674/08, de Vera Beatriz Martins Lopes Vieira; Processo nº 1675/08, de Paulo Henrique Rocha Faria Júnior; Processo nº 1691/08, de Diva Guimarães Cerqueira Cintra; Processo nº 1692/08, de Inês Amorim da Mota e Processo nº 1693/08, de Mariza Fernandes Philipovski. 7) Relatoria do Dr. Fausto Brasil Gonçalves, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1677/08, de Hudson Mendes Cardoso; Processo nº 1694/08, de Rosane Henning Ramos; Processo nº 1545/08, de Alessandro Sandro Tarzan S. Campos da Silva e aprovado parecer pelo indeferimento o Processo nº 1608/08, de Eliana Ramos Costa. 8) Relatoria do Dr. Sérgio Augusto Machado, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1695/08, de Fábio Matias Poli; Processo nº 1676/08, de Domingos Luiz Cardoso; Processo nº 1665/08, de Luciane Fadel da Costa, e aprovado parecer pelo indeferimento o Processo nº 1601/08, de Maria Fernanda Pain Neves. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada a sessão, convocando outra, ordinária, DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL DO TCE/SC EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - SETEMBRO/2007 A AGOSTO/2008

Despesa com Pessoal	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Despesa Bruta com Pessoal (I)		76.638.867,33
Pessoal Ativo		51.460.686,68
Pessoal Inativo e Pensionistas		25.178.180,65
Outras despesas de pessoal decorrentes de cont. de terceirização (art. 18 § 1º da LRF)		0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (ART. 19, § 1º DA LRF) (II)		16.489.461,94
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		0,00
Decorrentes de Decisão Judicial		0,00
Despesas de Exercícios Anteriores		5.712.122,18
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		10.777.339,76
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (III) = (I - II)		60.149.405,39
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		9.447.534.916,27
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (III / IV * 100)		0,64
LIMITE MÁXIMO (incisos I e II, art. 20 da LRF) - 0,80%		75.580.279,33
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,76%		71.801.265,36

FONTE: AI, DAF e SEF.

Florianópolis, 29 de setembro de 2008.

José Carlos Pacheco - Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

para o próximo dia 24 de setembro. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presentes. Sala das Sessões, em 17 de setembro de 2008.

*** X X X ***

OFÍCIO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO Coordenação de Controle Interno

OF. TC/Auditoria Interna - 025/2008 Florianópolis, 30 de Setembro de 2008

Exmo. Sr.

Deputado JÚLIO GARCIA

DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de S/C

Nesta

Senhor Presidente,

Estamos encaminhando Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, referente ao 2º Quadrimestre de 2008, juntamente com o disquete, para ser publicado no diário da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Na oportunidade, renovamos a V. Excia., protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Otávio José Bolsoni

Coordenador do Controle Interno

ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2007 a AGOSTO/2008
2º QUADRIMESTRE DE 2008

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das suas atribuições privativas que lhe conferem o artigo 271 do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº TC-06/2001, e o art. 90 da Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000 e considerando a Decisão nº 1173/2005, aprovada pelo Tribunal de Contas na Sessão do dia 30/05/2005.

TORNA PÚBLICO o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, relativo ao 2º Quadrimestre de 2008, conforme estabelecido nos artigos 54, 55 e 72 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

O Tribunal de Contas, para o exercício das competências definidas nos artigos 58 e 59 da Constituição do Estado e na Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2.000, conta com um corpo deliberativo de 07 (sete) Conselheiros, 04 (quatro) Auditores e um quadro de 522 (quinhentos e vinte e dois) servidores ativos.

Estão sujeitas à fiscalização do Tribunal de Contas "[...] qualquer pessoa física ou entidade pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gere ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado responda, ou que, em nome deste, assumam obrigações de natureza pecuniária".(artigo 58, parágrafo único da Constituição Estadual).

As despesas com pessoal do Tribunal de Contas estão demonstradas na tabela abaixo:

Wilson Dotta - Diretor Geral de Planejamento de Administração
José Roberto Queiroz - Diretor de Finanças e Administração
Otávio José Bolsoni - Coordenador do Controle Interno
*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1699, de 30/09/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **KELEN JOSEANE DE OLIVEIRA**, matrícula nº 5256, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-40, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 30 de setembro de 2008 (Deputado Sgto. Amauri Soares).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1700, de 30/09/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **JONAS WILPERT**, matrícula nº 5502, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-40, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 30 de setembro de 2008 (Deputado Elizeu Mattos).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1701, de 30/09/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR CARLA MARIA TELES SIMAS, matrícula nº 5401, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-40, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de outubro de 2008 (Deputado Elizeu Mattos).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1702, de 30/09/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **GIOVANA GAIO**, matrícula nº 5506, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-5, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de outubro de 2008 (Deputado Pedro Uczai).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1703, de 30/09/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **BENICIO HOBOLD**, matrícula nº 5399, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-5, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de outubro de 2008 (Deputado Pedro Uczai).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1704, de 30/09/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **JAMILE SANTOS DA SILVA**, matrícula nº 5368, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-15, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de outubro de 2008 (Deputado Pedro Uczai).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1705, de 30/09/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **TATIANE CRISTINA DA SILVA**, matrícula nº 4563, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de outubro de 2008 (Deputado Antonio Aguiar).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1706, de 30/09/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 1775/08,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família ao servidor **VILSON JOSÉ FLORIANO**, matrícula nº 2159, por 20 (vinte) dias, a contar de 16 de setembro de 2008.
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1707, de 30/09/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde a servidora abaixo relacionada:

Matr	Nome do Servidor	Ode dias	Início em	Proc. nº
1563	Heloisa Helena Cardoso	15	16/09/08	1776/08

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1708, de 30/09/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Ode dias	Início em	Proc. nº
1399	Claudio Jose Ramos Couto	15	28/08/08	1671/08
1529	Maria da Graça Cardoso	10	15/09/08	1747/08

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1709, de 30/09/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Ode dias	Início em	Proc. nº
1888	Maria do Carmos Lopes dos Reis	30	29/08/08	1737/08
1642	João Joaquim de Oliveira	15	10/09/08	1739/08
1399	Claudio Jose Ramos Couto	20	12/09/08	1748/08
1151	Luiz Argemiro de Quadros	90	14/09/08	1738/08
1239	Jose Carlos de Oliveira	30	16/09/08	1740/08

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1710, de 30/09/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DESIGNAR a servidora **SANDRA REGINA DE O. B. BAZZO**, matrícula nº 0881, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefe da Seção de Organização de Roteiros para Revisão, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, DENISE VIDEIRA SILVA, que se encontra em licença para tratamento de Saúde no período compreendido entre 16 de setembro à 15 de outubro de 2008 (IDL-Coordenadoria de Taquigrafia das Comissões).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***